

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2015/2016



O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS
ARMADAS DA ALEMANHA DECORRENTES DA
PARTICIPAÇÃO DAS MISSÕES INTERNACIONAIS ENTRE
1992 – 2010

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUEAS E DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.

Jens Janis
TCOR INF DEU



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2015/2016**

**O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS
ARMADAS DA ALEMANHA DECORRENTES DA
PARTICIPAÇÃO DAS MISSÕES INTERNACIONAIS
ENTRE 1992 – 2010**

TCOR INF DEU Jens Janis

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2015/2016

Pedrouços 2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO
2015/2016

O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DAS FORÇAS
ARMADAS DA ALEMANHA DECORRENTES DA
PARTICIPAÇÃO DAS MISSÕES INTERNACIONAIS
ENTRE 1992 – 2010

TCOR INF DEU Jens Janis

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2015/2016

Orientador: MAJ AdMil José Augusto de Sousa Silveira

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti Plágio

Eu, Jens Janis, declaro por minha honra que o documento intitulado “O processo de transformação das Forças Armadas da Alemanha decorrentes da participação das missões internacionais entre 1992 – 2010” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do CEMC 2015/2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 14 de junho de 2016

TCOR Jens Janis
Assinatura



Índice

1. Introdução.....	1
1.1 Enquadramento e justificação do tema.....	1
1.2 O objetivo de estudo e a sua delimitação.....	2
1.3 Os objetivos de investigação.....	3
1.4 As questões da investigação.....	4
1.5 Metodologia da investigação.....	5
2. Transformação- uma breve apresentação do conceito de transformação militar internacional na Alemanha.....	7
3. Enquadramento das missões na Somália, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Afeganistão.....	11
3.1 A intervenção na Somália no âmbito da UNOSOM II.....	11
3.2 A intervenção na Bósnia-Herzegovina no âmbito da SFOR.....	13
3.3 A intervenção no Kosovo no âmbito da KFOR.....	14
3.4 A intervenção no Afeganistão no âmbito da ISAF e OEF.....	15
4. As diretrizes no domínio da defesa – Génese e evolução de 1992 a 2010.....	19
4.1 A estrutura dos documentos fundamentais para o setor da defesa da RFA.....	19
4.2 A diretriz de política de defesa de 1992 e o Livro Branco de 1994.....	21
4.2.1 As consequências da diretriz da política de defesa de 1992 e do Livro Branco de 1994 para a <i>Bundeswehr</i> e a evolução até ao ano de 2000.....	22
4.3 A diretriz de política de defesa de 2003.....	24
4.3.1 As consequências da diretriz da política de defesa de 2003 para a <i>Bundeswehr</i>	27
4.4 A conceção da <i>Bundeswehr</i> em 2004.....	28
4.5 O Livro Branco de 2006.....	30
4.6 O desenvolvimento até 2010.....	31
5. Outros fatores de influência para as estruturas de pessoal e materiais da <i>Bundeswehr</i> entre 1992 a 2010.....	34
5.1 Fatores de influência internos.....	34
5.2. Fatores de influência externos.....	36
6. Conclusões.....	40
Bibliografia.....	44

Índice de Anexos

Anexo A - Modelo metodológico alemão AQUA.....	51
------------------------------------------------	----

Índice de Apêndices

Apêndice A - Identificação dos historiadores e especialistas referidos no trabalho.....	52
Apêndice B - Breve descrição de algumas operações militares.....	54



Resumo

No fim da guerra fria, teve início uma nova era para a *Bundeswehr*. Com a participação em missões no estrangeiro, surgiram novos desafios que influenciaram as diretrizes da defesa, a estrutura da força, a orientação e as necessidades de formação das forças armadas alemãs. Entre 1992 e 2010, foram implementadas alterações profundas para lidar com a nova situação da NATO e da Alemanha na organização. Em 2003, após várias reformas, o ministério da defesa considerou que reformas apenas não eram suficientes, e teve início o chamado processo de transformação. Este processo contínuo influenciou a "face da *Bundeswehr* mais profundamente do que qualquer outra alteração até à altura. A orientação em missões internacionais era o novo objetivo e uma consequência de experiências na Somália, Bósnia, Kosovo e Afeganistão. Além disso, a crise financeira para as despesas da defesa e a mudança da estrutura da força NATO influenciaram a *Bundeswehr* de forma semelhante, e impulsionaram a política de defesa alemã também para estas novas direções. A nova *Bundeswehr* orientada para missões foram moldadas e desenvolvidas de forma diferente, transformação é a nova palavra-chave e este processo contínuo mantém-se até hoje.

Palavras-chave

Transformação, *Bundeswehr*, Missão, Política de defesa alemã



Abstract

After the end of the cold war a new era began for the *Bundeswehr*. With the participation in missions out of area, new challenges came up and influenced the defense papers, force structure, orientation and training needs of the German armed forces. Within 1992 and 2010 several far-reaching changes were made, to deal with the new situation of the NATO and Germanys role within the organization. In 2003, after various reforms, reforms only were no longer sufficient in the eyes of acting minister of defense and the so called transformations process was initiated. This continuing process influenced the “face” of the *Bundeswehr* more deeply than any other changes before. The orientation on out of area missions was the new objective and a consequence from experiences in Somalia, Bosnia, Kosovo and Afghanistan. Beside of that, the financial downturn for defense expenditure and the changing NATO force structure influenced the *Bundeswehr* in a similar way and pushed the German defense policy into new directions as well. The new mission orientated *Bundeswehr* was shaped and built up differently, transformation is the new leading word and the ongoing process until today.

Keywords

Transformation, *Bundeswehr*, Mission, German Defense policy



Lista de abreviaturas

BMVg	Bundesverteidigungsministerium (Ministério Federal da Defesa)
BMI	Bundesinnenministerium (Ministério do Interior)
BPB	Bundeszentrale für politische Bildung (Agência Federal para a Educação Cívica)
ECAP	European Capabilities Action Plan
ESS	Europäische Sicherheitsstrategie (Estratégia Europeia de Segurança)
ESVP	Política de Segurança e de Defesa Europeia
EUFOR	European Union Force
GECONSFOR	German Contingent Stabilisation Force
GI	Generalinspekteur (Inspetor Geral)
IFOR	Implementation Force
ISAF	International Security Assistance Force
KFOR	Kosovo Force
KSK	Kommando Spezialkräfte (Comando de Forças Especiais)
NATO	North Atlantic Treaty Organisation
OAE	Operation Active Endeavour
OEF	Operation Enduring Freedom
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
RMA	Revolution in Military Affairs
RoE	Rules of Engagement (Regras de Empenhamento)
SFOR	Stabilisation Force
TF	Task Force
UÇK	Exército de Libertação do Kosovo
ONU	Organização das Nações Unidas
UE	União Europeia
UEO	União da Europa Ocidental
UNITAF	Unified Task Force
UNOSOM	United Nations in Somalia



1. Introdução

Este trabalho pretende investigar essencialmente o desenvolvimento da *Bundeswehr* (Forças Armadas Federais) e, desta forma, analisar as causas, a evolução e o resultado, bem como o percurso das forças armadas alemãs desde o final da guerra fria até à atualidade. A questão da participação e da oposição alemã em missões militares no estrangeiro, incluindo o papel da Alemanha em alianças como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), a União da Europa Ocidental (UEO) e a Organização das Nações Unidas (ONU), foram debatidas dentro dos órgãos governamentais.

O direito à participação nas "grandes decisões", nos últimos 20 anos, e a realidade do envolvimento com as forças armadas em missões internacionais sempre foram vistas igualmente de forma crítica pelos parceiros internacionais (Gießmann & Wagner, 2009). Esta investigação contribui para ajudar a aprofundar o conhecimento e a compreensão dos jovens líderes militares sobre a evolução das forças armadas alemãs após o final da Guerra Fria. Por outro lado tem também um caráter informativo para as Forças Armadas no geral, porque o conteúdo na sua generalidade é a realidade para todos os soldados alemães (von Bredow, 2014). Isto acontece com base na perspetiva da participação em missões internacionais, que totalizam uma interrupção, senão mesmo uma interrupção decisiva, na constituição da história das Forças Armadas Federais (Muhler, 2015) e, em geral, nas mudanças significativas que as Forças Armadas sofreram.

1.1 Enquadramento e justificação do tema

Após o fim da Segunda Guerra Mundial as forças armadas alemãs foram enviadas exclusivamente para missões não militares de curto prazo, como assistência em situações de catástrofe, durante mais de 45 anos. No entanto, a 15 de janeiro de 1993, o então Ministro da Defesa Volker Ruhe afirmou perante o Parlamento Federal alemão: "Ninguém deseja enviar as Forças Armadas para cada cenário de crise do planeta" (Rühe, 1993). Dentro das forças armadas esse discurso também foi proferido, mas tendo em consideração a primazia política, foi passado discretamente. Além da simples participação em operações no exterior, existem ainda outros aspetos das forças armadas alemãs que mudaram profundamente desde 1992. Em primeiro lugar, e o mais importante, o dispositivo geral das forças armadas (Sieg, 2000, p.11), o seu equipamento, a sua orientação e, não menos importante, a suspensão do serviço militar obrigatório em 2011, que influenciou a nova imagem das forças armadas alemãs.



O caminho trilhado pela Alemanha, como o segundo fornecedor de forças armadas em missões da ONU, nos cuidados médicos aos soldados da ONU no Camboja em 1992, no bombardeamento da Jugoslávia em 1999 até à missão militar no Afeganistão, no âmbito das Missões da *International Security Assistance Force* (ISAF) e da *Enduring Freedom* (Mair, 2007). Especialmente nas missões no Afeganistão, os soldados alemães estiveram envolvidos nos combates mais violentos desde o final da Segunda Guerra Mundial e só esse esforço custou até hoje a vida de 55 militares (BMVg, 2015). Atualmente, cerca de 3120 militares alemães estão destacados em dez missões armadas em três continentes diferentes (BMVg, 2015). A questão da relação direta entre as mudanças internas das forças armadas e a participação nos combates deve ser igualmente analisada no contexto do trabalho, assim como a estrutura do documento, que é decisiva para a orientação das forças armadas. Pode-se mencionar aqui, a título de exemplo, as diretrizes no domínio da defesa de 1992 (BMVg, 1992), 2003 (BMVg, 2003), 2004 (BMVg, 2004) e 2011 (BMVg, 2011), como base documental essencial para a orientação das forças armadas alemãs.

As diretrizes no domínio da defesa descrevem o quadro estratégico para a missão e as tarefas da *Bundeswehr*, fazendo parte das medidas de segurança nacionais. Elas formulam os objetivos nos domínios da defesa, assim como os interesses dos mesmos da República Federal da Alemanha. Estes documentos constituem a base vinculativa para a conceção das Forças Armadas e para todos os trabalhos de acompanhamento adicionais no Ministério Federal da Defesa (BMVg, 2011). Além disso, o Livro Branco de 1994 e 2006 (BMVg, 2006) fornecem informações essenciais: a dimensão, a orientação e a missão das Forças Armadas Federais. Para se poder investigar possíveis relações com as mudanças internas, devem-se avaliar os respetivos conceitos e instruções para as mudanças e reformas estruturais das forças armadas (von Bredow, 2014). Por fim, é apresentada uma variedade de publicações sobre o tópico "*The Bundeswehr in Operations*", assim como artigos atuais e revistas científicas e estudos sobre o tema, especialmente o Centro para a História Militar e de Ciências Sociais das Forças Armadas Federais em Potsdam.

Além disso, a Agência Federal para a Educação Cívica (BPB) fornece estudos, contribuições em periódicos políticos, como o "*Aus Politik und Zeitgeschichte*", publicações únicas e em série com um alto nível científico.

1.2 O objeto de estudo e a sua delimitação

O objeto de estudo são as Forças Armadas Federais. A delimitação da investigação foi executada em termos de tempo, espaço e conteúdo. Relativamente ao tempo foi



considerando o período entre 1992 e 2010. Este período inclui as missões essenciais das Forças Armadas Federais e, no que diz respeito ao volume de trabalho, oferece uma quantidade adequada de aspetos a serem analisados. O ano de 1992 foi escolhido porque a diretriz no domínio da defesa de 1992 é a missão UNSOM I e II em 1992/1993, que foi o primeiro destacamento das forças armadas alemãs após o final da Segunda Guerra Mundial (Kollmer, 2015). O ano de 2010 foi escolhido devido aos combates em Konduz e Baghlan (Afeganistão), palco dos combates mais violentos com soldados alemães desde a Segunda Guerra Mundial (Chiari, 2015) e a colaboração de uma força de intervenção alemã em ofensivas militares com os aliados, uma novidade para a Alemanha (Chiari, 2015), igualmente 65 anos após o final da Segunda Guerra Mundial.

As limitações por conteúdo e espaço estão associadas à análise exclusiva das participações na Somália, Bósnia-Herzegovina, e atualmente no Kosovo e no Afeganistão, pois são consideradas missões essenciais (Gießmann & Wagner, 2009) das Forças Armadas Federais e onde estão forças armadas em larga escala, na maioria do Exército. Uma outra limitação por conteúdo foi também a impossibilidade de utilizar alguns documentos sobre estas missões pelo facto de estarem sujeitos a uma classificação de segurança e o seu conhecimento apenas ser transmitido aos alemães.

1.3 Os objetivos da investigação

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é relacionar a importância das missões das Forças Armadas Federais no exterior, entre 1992 e 2010, com a orientação, a estrutura e a missão principal das forças armadas alemãs.

Objetivos Específicos

- Analisar as diretrizes no domínio da defesa entre 1992 de 2010 acerca da influência que a participação das Forças Armadas Federais teve nas mesmas;
- Identificar os efeitos no desenvolvimento das orientações e reformas estruturais das forças armadas, em termos de estratégia, estrutura interna e equipamento entre 1992 e 2010;
- Identificar e caracterizar os outros fatores que influenciam as mudanças internas das Forças Armadas Federais entre os anos de 1992 e 2010.



1.4 As questões da investigação

Questão Central

QC – “Quais as consequências nas Forças Armadas da Alemanha devido à participação em missões internacionais entre 1992 de 2010?”

No sentido de dar resposta aos objetivos específicos e facilitar a resposta à QC, são formuladas questões derivadas (QD).

Questões Derivadas

QD1 – “Como e de que forma as participações tiveram um impacto na atualização / criação das diretrizes no domínio da defesa entre 1992 de 2010?”

QD2 – “Que efeitos tiveram as participações na estrutura das forças armadas em geral, na estratégia, estrutura e equipamentos das Forças Armadas Federais, em particular entre 1992 e 2010?”

QD3 – “Que outros fatores existiram, para além das participações, nas mudanças internas das forças armadas e como estes foram ponderados?”

Para além da introdução (Capítulo 1), o trabalho é dividido em quatro capítulos. No capítulo 2, a ênfase está numa breve apresentação e análise da conceção alemã do conceito de transformação militar em conexão com a conceção de transformação nos países exemplificados. O objetivo é uma deliberação de uma base teórica para uma análise mais aprofundada do conceito de transformação alemão a ser criado, numa análise concetual. O capítulo 3 baseia-se em quatro principais missões de *Bundeswehr* e as suas bases, para a análise mais aprofundada das influências destas colocadas no processo de transição. Isso contribui para o capítulo para responder à QD1 e 2. O capítulo 4 é a parte nuclear, que responde à QD1 e 2 com base numa extensa análise dos documentos básicos da defesa alemã. O capítulo 5 analisa outros fatores e o seu impacto no processo de transformação da *Bundeswehr*, respondendo à QD3. A conclusão é o resumo das conclusões do trabalho e as respostas à QC.

1.5 Metodologia da Investigação

O trabalho assentará no método indutivo com partes dedutivo e numa estratégia qualitativa. O desenho de pesquisa basear-se-á no estudo de caso. Para analisar as fontes e relações, vai ser utilizado um modelo de análise baseado no Modelo alemão AQUA (figura 1). O foco está na análise de fontes primárias e fontes secundárias (Dr. König, 2009), tais como as diretrizes do domínio da defesa, os Livros Brancos e outros documentos oficiais do governo alemão ou relatórios das comissões. Nem em todos, mas em muitos casos, o



valor de uma fonte primária, perante um evento ou situação histórica, é superior ao de uma fonte secundária (Dr. König, 2009). Por isso, na maior parte das vezes são preferíveis as fontes, pois estiveram "próximas" do evento a ser investigado. Estes documentos constituem, assim, a base para responder às perguntas formuladas na investigação.

No geral, o trabalho é dividido em três fases: **fase 1 (exploratória)** - investigação / delimitação do tema / entrevistas exploratórias/revisão das fontes e análise da literatura de base científica; **fase 2 (analítica)** - análise das fontes e da literatura com o Modelo AQUA e **fase 3 (conclusiva)** - revisão e resposta às questões da investigação e conclusões.

A fase exploratória é dividida em duas partes e inicia-se com uma pesquisa geral para a literatura científica, ensaios e textos, que tratam basicamente da temática "Participações das Forças Armadas Federais", de forma a se poder obter uma visão geral da literatura existente, para resumi-la, categorizá-la, permitir a filtragem do tema para a dimensão necessária. Aqui, foram utilizados os motores de busca na Internet, pesquisa em biblioteca, bem como os depoimentos importantes de pessoas. Isto permitiu a criação do tema e as questões-chave correspondentes a serem examinadas. Na segunda parte desta fase foi realizada uma entrevista com o Dr. Bernhard Chiari, que é considerado um dos mais importantes cientistas e historiadores na história das participações das Forças Armadas Federais (Apêndice A).

A fase analítica é o ponto nuclear e deve ser efetuada de acordo com o modelo de análise baseado no modelo AQUA. O foco central deste modelo clássico de análise histórica baseia-se em várias questões ("Quem? Que se disse? Quando? Como? e Porquê?"), para avaliar uma fonte e classificá-las no contexto histórico. O depoimento pode ser dado não só por cidadãos, mas também por historiadores, bem como instituições como o governo alemão. Como resultado, pode ser efetuada uma recolha de intenções e condições, de causas e consequências, assim como efeitos colaterais involuntários com base numa situação específica. Através da perceção da perspetiva correspondente, é possível obter uma classificação temporal, espacial, social, religiosa e ideológica.

No final deste modelo de análise segue-se a fase conclusiva, o que torna possível, com base nas respostas às várias perguntas, tomar uma decisão, dissipar valores diferentes e contradições e tirar conclusões através do sentido e do momento.



O instrumento metodológico mais utilizado para a recolha e tratamento de dados foi a análise documental, com uma grande base de documentos nacionais e relatórios das comissões (von Weizäcker, 2000) (Strukturkommission der Bundeswehr, 2010), mas também foi realizada uma entrevista.



2. Transformação - uma breve apresentação do conceito de transformação militar na Alemanha

O termo da transformação surgiu associado à *Bundeswehr*, pela primeira vez no ano de 2002 (Deutscher Bundestag, 2002). Foi, por assim dizer, a substituição do termo anterior "Reforma". Enquanto a reforma era entendida como uma "nova ordem do existente", a transformação equivalia a uma "transformação de algo já existente em algo novo" (Schneiderhahn, 2003, p.2). E foi decisivo: "O existente deve ser permanentemente transformado e ajustado a novos desafios" (BMVg, 2004, p.14). A transformação demarca-se da reforma e equivale, portanto, a um processo de adequação permanente. "No passado fazíamos a reforma e esta era válida. E quando era necessário fazer uma reforma da reforma, provavelmente algo tinha corrido mal. Agora fazemos experimentalismos" (Schneiderhahn, 2004). O princípio de trabalhar no sentido de um estado final já não se impõe perante as novas condições quadro. O ministro da defesa, Peter Struck, definiu a transformação como "processo abrangente e contínuo do equipamento das Forças Armadas e gestão dos desafios em permanente mudança" (Struck, 2004). E de modo mais explícito ainda, enquanto "adequação permanente das capacidades às ameaças da segurança e novos requisitos militares, a respetiva utilização de inovações na área da tecnologia, uma integração mais forte, a ligação em rede e a sinergia de conceitos, formação, material e tecnologias (Struck, 2005, p.8). A transformação, nesta aceção, é um processo de adequação contínuo que perspetiva o futuro em relação a condições quadro em mutação, um "processo dinâmico e orientado para o futuro, que acompanha as alterações inerentes" (Schneiderhahn, 2005).

O objetivo deve ser um salto qualitativo significativo das capacidades e, consequentemente, da eficácia das Forças Armadas. O carácter modificador e, acima de tudo, universal da transformação está bem definido nos "Princípios básicos da conceção da *Bundeswehr*" de 9 de agosto de 2004. Neste documento consta o seguinte: "A transformação da *Bundeswehr* determina os pensamentos, a formação, os conceitos, a organização e o equipamento, criando algo totalmente novo. O processo de transformação oferece a oportunidade de equipar de modo mais eficiente a *Bundeswehr* com princípios de solução inovadores" (BMVg, 2004, p.14). Assim, a transformação é um conceito abrangente que engloba quase todos os setores da *Bundeswehr*; a par das capacidades militares, também as ideias e pensamentos militares. Não deve ser descurado que a transformação, enquanto conceito, equivale a uma espécie de truque semântico.



Pois, conforme reconheceu o inspetor-geral, Wolfgang Schneiderhan, a expressão "Reforma da *Bundeswehr*" não transmitia, ao longo dos anos, o mesmo espírito de pioneirismo nas pessoas que estavam envolvidas e nas que estavam de fora. Schneiderhan pretende, contudo, que este seja novamente importante em combinação com o termo transformação: "Quando utilizamos o termo "Transformação", vejo, nos olhos dos meus colaboradores, uma luminosidade cheia de esperança" explica de modo quase eufórico, constatando que a transformação se tornou um sinónimo para "as nossas visões, como as Forças Armadas podem contribuir, enquanto um dos instrumentos mais versáteis da ação política, para a superação dos desafios de política de segurança no século XXI" (Schneiderhahn, 2003, p.3). Dirk Böcker, o representante do inspetor-geral da *Bundeswehr*, deixou a pergunta no ar: "Será que a transformação não é apenas uma "nova expressão para designar algo antigo e já conhecido" (Böcker, 2004, p.2). Pois, também no passado o processo de planeamento conheceu diversas versões novas e alteradas. O historiador Martin Rink manteve-se igualmente crítico face à transformação, contudo, questionou concretamente o tipo de implementação: "As estruturas concorrem entre si" (Rink, 2005).

O general Ulrich de Maizière foi também, entre 1966 e 1972, o inspetor-geral da *Bundeswehr* e terá participado previamente na estruturação da *Bundeswehr*. Em 2005, escreveu um texto muito respeitado nos círculos militares e políticos relativamente à evolução das Forças Armadas alemãs após o final da Segunda Guerra Mundial. No final do texto de 2005 diz o seguinte: "Quando tenho de escrever uma conclusão, esta diz o seguinte: um exército nunca está "pronto". Mas na sua constante evolução, o novo deveria estar sempre associada ao comprovado" (de Maizière, 2005, p.12) Este pensamento está no cerne do processo de transformação da *Bundeswehr*.

No contexto internacional o conceito da transformação também está associado à esfera militar. Assim, e em particular, nas grandes nações como os EUA, o Canadá e a Rússia e nas alianças como a NATO, as adaptações e alterações das estruturas militares são descritas transformações militares que ocorrem devido a, ou, através de novas condições quadro. O entendimento internacional da transformação será, em seguida, esboçado com base em alguns breves exemplos, de modo a obter uma outra perspetiva sobre o conceito da transformação militar.

Em comparação com a constituição da NATO em 1949 ocorreram, no final da Guerra Fria, alterações gravosas em relação às eventuais ameaças e perigos por parte de



atores governamentais e não-governamentais. Começava, assim, uma nova era. A transformação das forças militares deveria, conseqüentemente, estar à altura dos desafios do século XXI. As experiências anteriores no Afeganistão e no Iraque evidenciavam as alterações e limitações das estratégias existentes. A transformação aliada assume, assim, como sua tarefa “*to serve as a guide, a guide for the future*” (Lagoa, 2010, p.7).

Nos Estados Unidos, as origens da transformação militar remontam aos anos 70 e 80. Por oposição ao procedimento alemão, da reforma, aqui estava em causa a transformação de terminologia e conceitos como *Military Technical Revolution* e *Revolution in Military Affairs* (RMA). Em 1993, o *Office of Net Assessment* introduziu o conceito RMA. Um dos princípios básicos e fundamentais da RMA era, em particular, a operação conjunta entre *Navy*, *Army* e *Air Force*. No final dos anos 90 começava a falar-se menos em revoluções e mais em transformações, no contexto da esfera militar. Os quatro pilares da transformação americana residem na incidência nas *joint operations*, no aproveitamento das vantagens dos serviços secretos, bem como nos conceitos de desenvolvimento e no desenvolvimento das capacidades de transformação que constituem os elementos essenciais da sua estratégia de transformação. “*Military transformation is about changing the culture of the U.S. Armed Forces*” - esta citação do diretor do *US Force Transformation Office* em 2007 descreve do modo certamente mais impressionante a perspetiva dos EUA em relação à transformação.

Também aqui ocorre uma diferenciação dos conceitos, em particular, através da distinção entre a alteração revolucionária com um final fixo e a transformação com uma ideia de alteração permanente e contínua: “*Today, transformation sees no endstate - just a constant spiral to greater capabilities*” (Maisoneuve, 2006, p.14).

Elinor Sloan, um Alto Oficial canadiano resumiu, a respeito da transformação, de que não estaria em causa fazer melhor as mesmas coisas; consistia sim, em fazer melhor as coisas de um modo geral (Sloan, 2007). As razões para as transformações militares do Canadá foram: constituir um corpo militar adequado para enfrentar as ameaças atuais e contribuir, em parte, para a paz e segurança internacionais. Comparativamente, estes processos iniciaram tardiamente, só após as alterações políticas ocorridas em 2005. O foco da transformação incidiu, essencialmente, em três áreas: constituição de uma *Standing Contingency Task Force*, substituição da *command structure* e o reforço das forças especiais (Sloan, 2007, pp.12-16).



Nos últimos dois anos, a Rússia, em particular, revelou a sua força através das intervenções militares bem-sucedidas na Ucrânia e na Síria. São evidentes, desde 2008, as alterações essenciais concretizadas na esfera militar. As Forças Armadas e a capacidade estatal no sentido da *information warfare* representam as ferramentas mais significativas da força da Rússia (Giles & Monhagan, 2014). Graças à transformação, a Rússia tornou-se mais eficiente, mais flexível e mais versátil quando se estabelece uma comparação com a intervenção na Geórgia em 2008 (Giles & Monhagan, 2014, p.8).

A anterior Ministra da Defesa norueguesa, Kristin Krohn Devold, afirmou, a propósito do tema da transformação militar: “*We live in a time when the maintenance of freedom and security at home and abroad means that we must shift our focus from yesterday’s challenge to those of tomorrow. That is what transformation is about; new ways of thinking, new ways of doing things*” (Krohn Devold, 2004) dando assim, em jeito de conclusão, uma boa definição sintetizada sobre o conceito da transformação que se aplica, quer sob a perspetiva internacional, quer alemã.



3. Enquadramento das missões na Somália, Bósnia-Herzegovina, Kosovo e Afeganistão

No dia 9 de novembro de 1990 caiu o Muro de Berlim. Quase um ano mais tarde, a República Democrática Alemã (RDA) ficou abrangida pelo âmbito da legislação base da República Federal da Alemanha (RFA). A função da política externa alterada da Alemanha no final da Guerra Fria tocou nos pontos-chave da razoabilidade da "velha" República Federal, tornando necessário que fossem quebrados tabus e princípios em vigor há décadas. A postura do governo federal no sentido da intervenção das Forças Armadas alemãs sofreu uma transformação. Sob do chanceler alemão, Helmut Kohl (1982-1998), a sociedade partilhava a opinião consensual de que a *Bundeswehr* não deveria intervir nas zonas onde a *Wehrmacht* tinha combatido durante a Segunda Guerra Mundial. Nos finais dos anos 90, e mediante o cenário dos acontecimentos mundiais, entre outros, na Somália e nos Balcãs, desenvolveu-se uma nova perspetiva (Chiari, 2010, p.13). Pretende-se, em seguida, esquematizar as intervenções no estrangeiro relevantes para o presente trabalho efetuadas pela *Bundeswehr*, alicerçando, assim, uma observação mais aprofundada.

3.1 A intervenção na Somália no âmbito da UNOSOM II

Devido ao fracasso da missão dos capacetes azuis, *United Nations in Somalia* UNOSOM em dezembro de 1992, que deveriam supervisionar o cessar-fogo negociado e mediante o persistente uso da força por parte das milícias da Somália, mesmo contra os capacetes azuis em intervenção, a ONU recorreu à unidade multinacional *Unified Task Force* (UNITAF) na Somália. A missão UNOSOM II pretendia implementar os objetivos da missão anterior numa base de apoio mais amplo, com mais nações envolvidas, mais soldados, mas também mais meios auxiliares. Pela primeira vez, a RFA também participava de modo mais abrangente numa intervenção desta natureza, com tropas no terreno. Com o apoio exclusivo das forças aerotransportadas para a provisão dos meios auxiliares, no âmbito da UNOSOM I em 1992, esta intervenção consistiu numa novidade elementar da política externa alemã (Sieg, 2000, p.47).

A intervenção na Somália UNOSOM II, levada a cabo em 1993/94 com dois contingentes de 1700 e 1400 soldados despoletou uma série de novas intervenções. A unidade de capacetes azuis alemã teve de reunir rapidamente pessoal e organizar a transferência de uma quantidade até então não usual de recursos humanos e materiais para uma parte do mundo que estava muito além do imaginário da grande maioria dos soldados da *Bundeswehr* (Chiari, 2010, p.100).



O contingente alemão estacionou em Belet Uen, 350 km a noroeste de Mogadíscio. Este deveria apoiar uma brigada indiana que nunca apareceu. Assim, a sua missão concentrou-se no apoio humanitário à população. Contudo, não existia um conceito de longa duração e uma perspetiva política para estas ações humanitárias. A unidade de capacetes azuis alemã era constituída por um batalhão reforçado de apoio e de transporte. As forças de segurança eram também constituídas por paraquedistas e uma reserva de intervenção aérea, que se mantinha preparada na Alemanha para as missões de evacuação ou de reforço (Chiari, 2010, p.102). Nessa altura foram apenas utilizados soldados contratados e voluntários dos quadros, bem como mulheres, mas não os recrutas. O governo federal da Alemanha decidiu retirar a unidade de capacetes azuis alemã em dezembro de 1993, depois da decisão dos EUA. A Marinha Alemã foi incumbida de garantir o regresso no âmbito da *Operation Southern Cross*¹. No dia 23 de março de 1994, os últimos soldados alemães abandonavam a Somália, tendo o ministro da defesa desmantelado a unidade.

A intervenção da unidade de capacetes azuis alemã alterou a importância da *Bundeswehr* e da Alemanha unificada no contexto da política mundial. A *Bundeswehr* ganhou uma primeira experiência importante durante esta intervenção, que viria a ser útil nas intervenções militares futuras no estrangeiro. No "*German UN Training Centre*" na escola de infantaria de Hammelburg foi, desde 1993, estruturado um estado-maior para assuntos de formação centrais que possuía três vertentes. O estado-maior avalia as informações internacionais e as intervenções no âmbito da ONU, no sentido de incorporar as experiências na formação para intervenções futuras. Dado que um dos principais desafios consiste no relacionamento com culturas estrangeiras, todos os soldados dos contingentes passaram por uma pré-formação na escola de infantaria de Hammelburg. Naquela altura, esta era ainda uma medida inusitada (Chiari, 2010, p.104). Com esta formação pretendia-se adaptar os procedimentos até então habituais às condições no país de intervenção: refira-se, a título de exemplo, os patrulhamentos, a gestão dos postos de controlo e a conduta a adotar num país fortemente minado. Era também uma novidade o treino de *Crowd and Riot Control* em relação a uma multidão. As rotinas predominantes de formação e preparação para combates de elevada intensidade em contexto de guerra

¹ Apêndice B.



convencional foram delineadas segundo o lema “*fair, firm and friendly*”, no sentido de limitar o uso da força ao mínimo necessário. Foi, pela primeira vez, traçado um perfil de intervenção que ainda hoje é seguido pela *Bundeswehr* nas missões com caráter de estabilização. Se a intervenção alemã, no âmbito da UNOSOM II, foi ou não um sucesso, mantém-se controverso até aos dias de hoje, bem como a motivação para a participação da RFA (Wissenschaft & Frieden, 1993, p.15), mas é, no entanto, um marco na história da *Bundeswehr* depois de 1990. Representa o início da participação em intervenções estrangeiras no âmbito da NATO, ONU e União Europeia (UE). Aqui é necessário ter em consideração que o caráter apoiante e orientado para a ajuda humanitária simboliza, para o exterior, a imagem pretendida pela política alemã da era Kohl em relação à Alemanha, o “aliado charmoso em situações de emergência” num mundo em transformação.

3.2 A intervenção na Bósnia-Herzegovina no âmbito da SFOR

No dia 12 de dezembro de 1996, a resolução das Nações Unidas 1088 autorizava a substituição da *Implementation Force* (IFOR) por uma *Stabilization Force* (SFOR) da NATO. Pretendia-se, deste modo, garantir a estabilidade necessária à consolidação da paz. No dia 13 de dezembro de 1996, o *Bundestag* (Parlamento Federal alemão) votou, com grande maioria, a favor da manutenção da participação na operação da NATO no sentido de garantir, através dos meios militares, o processo de paz na antiga Jugoslávia (Bundestag, 2014). A SFOR, com 32.000 soldados que a constituíam, era cerca de metade da força anterior. As *Rules of Engagement* (RoE) eram, contudo, equivalentes às da IFOR: abordavam o direito ao uso da força, caso esta fosse necessária para alcançar o objetivo da missão ou para garantir a sua própria segurança. Para além de evitar novas inimizades ou ameaças à paz, a SFOR também disponibilizava apoio seletivo às organizações civis (Keßelring, 2007, p.88). A parte do exército alemão (GECONSFOR) estava maciçamente estacionada na zona norte de Sarajevo, no campo de Rajlovac. A Alemanha disponibilizou uma unidade de supervisão constituída por forças de reconhecimento blindadas e de infantaria, bem como forças do estado-maior, de segurança, comandos e forças de intervenção. A força de paz internacional, em 2000, era constituída por pouco mais de 24.000 soldados. No dia 2 de dezembro de 2004 terminava a intervenção da SFOR liderada pela NATO em Sarajevo com uma cerimónia de transferência. Sob o comando da União Europeia, os 7000 soldados iniciais da *European Union Force* (EUFOR) prestavam o seu serviço na Bósnia-Herzegovina (Keßelring, 2007, p.93).



A intervenção foi a menos controversa de sempre da *Bundeswehr* considerando as intervenções no estrangeiro, uma vez que a tarefa consistia em medidas de manutenção da paz em território europeu (Mair, 2007, p.88). Existia ainda um amplo consenso político suprapartidário que constituía a base para uma ação da *Bundeswehr* que durou 17 anos na Bósnia-Herzegovina (Spiegel, 2012). Ainda que a GECONSFOR estivesse, devido à sua estrutura, capacitada para intervenções robustas, estas não foram necessárias, uma vez que a situação de segurança no país melhorou rapidamente (Chiari, 2010). Tal levou à retirada gradual das tropas alemãs da Bósnia e à redução global da SFOR. Apesar de o antigo ministro da defesa concluir em 2012 que a intervenção na Bósnia havia sido “a intervenção mais longa, mais perigosa e de maior amplitude da *Bundeswehr*” (Spiegel, 2012), tal afirmação afigura-se como uma mera avaliação retórica, dado que os números, em particular, dos feridos e mortos no Afeganistão, contam uma história diferente. Terá apenas razão em relação à duração da missão. O empenhamento militar da Alemanha na Bósnia foi avaliada, no seu todo, como um sucesso, dado que a missão principal, a de garantir a segurança do Acordo de Paz de Dayton, foi integralmente cumprida (Rinke, 2014).

3.3 A intervenção no Kosovo no âmbito da KFOR

A partir do dia 24 de março de 1999, a NATO levou a cabo a operação "*Allied Force*" que se prolongou ao longo de 79 dias com ataques aéreos efetuados na República Federal da Jugoslávia (Clewig, 2000, p.411). Os ataques aéreos aos centros militares estratégicos sérvios foram a resposta das forças aliadas e, essencialmente, dos EUA, no sentido de afastar a população albanesa do Kosovo. Os esforços internacionais no sentido de encontrar uma solução política para o conflito armado entre o regime de Belgrado de Slobodan Milošević e os rebeldes da Exército de Libertação do Kosovo (UÇK) tinham fracassado (Giersch, 2000, p.456). O objetivo do ataque aéreo da NATO era, inicialmente, obrigar a Jugoslávia a aceitar o plano de paz de Rambouillet, bem como forçar o fim dos ataques violentos e das expulsões. O Parlamento Federal alemão votou a favor da participação da *Bundeswehr* nas operações da NATO apesar de se tratar de uma situação legal complicada (Auswärtiger Ausschuss, 2003, p.31). A decisão marcou uma "mudança da cultura de segurança" (Weisswange, 2005, p.36) da República Federal. A República de Berlim de 1999 quebrou com a cultura de contenção da República de Bona de Helmut Kohl (Weisswange, 2005, p.37). A Força Aérea alemã efetuou cerca de 500 intervenções com 14 aeronaves Tornado (Clewig, 2000, p.414). Foi a primeira vez na história que a *Bundeswehr* colaborou, desde o início, com forças armadas numa operação da Aliança.



Com a Resolução 1244, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou as condições para a intervenção de forças civis e militares no Kosovo. As intervenções são efetuadas até hoje pela *Kosovo Force* (KFOR), e, consequentemente, pela *Bundeswehr* (BMVg, 2015). No dia 11 de junho de 1999, o Parlamento Federal alemão aprovou o envio de soldados alemães para a presença de segurança internacional no Kosovo. Foi estipulado um limite máximo de 3500 soldados alemães (Auswärtiger Ausschuss, 2003, p.44). A participação alemã na KFOR representou, assim, o maior contingente enviado para o estrangeiro até então (Chiari, 2010, p.167).

As tropas alemãs estão presentes no Kosovo desde o dia 12 de junho de 1999. Alemanha era e é uma das nações líder, pois detém a responsabilidade por um dos cinco setores. Embora os soldados da KFOR permaneçam no país, com base na Resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, estes irão, doravante, concentrar-se na supervisão do desenvolvimento das estruturas de segurança profissionais, democráticas e multiétnicas. Para tal apostam numa estreita cooperação com as autoridades locais e as organizações internacionais. A RFA disponibiliza atualmente cerca de 750 soldados para a KFOR e outros 520 em reserva na Alemanha no batalhão de reserva ORF constituído em 2010, o qual funciona como unidade de intervenção multinacional de reserva (Bundestag, 2015, p.4).

O papel fulcral da *Bundeswehr* no Kosovo torna-se, entre outros factos, evidente, considerando que, entre 8 de outubro de 1999 e 18 de abril de 2000 o comandante da KFOR foi o general Klaus Reinhardt (Gießmann & Wagner, 2009, p.123). Posteriormente, esta função foi também assumida por outros generais alemães. No entanto, a fase inicial é sempre considerada como a mais crítica e importante, o que permite reconhecer a crescente importância da Alemanha na NATO. Foi a primeira vez que uma missão de paz internacional armada foi comandada por um oficial alemão. O contributo alemão é, de um modo geral, descrito como “extremamente complexo” e “de extrema importância” (Harff, 2000, p.159). A República Federal mostrou, assim, e sem margem para dúvidas, que está à altura das responsabilidades (de liderança) desta ordem de grandeza. Os objetivos e o caráter de uma força civil no sentido acima descrito são integralmente cumpridos pela República Federal no Kosovo (Chiari, 2010, p.185).

3.4 A intervenção no Afeganistão no âmbito da ISAF e OEF

Em janeiro de 2002, começava a participação na *International Security Assistance Force* (ISAF) no Afeganistão liderada pela NATO, sendo a Alemanha, desde a primeira



hora, um dos maiores mobilizadores de tropas da ISAF (Chiari, 2015, p.140). No dia 22 de dezembro de 2001, o Parlamento Federal alemão aprovou o primeiro mandato no Afeganistão. A *Bundeswehr* fica autorizada a participar com cerca de 1200 soldados na tropa de paz internacional ISAF (BMVg, 2014).

Consequentemente, a Alemanha assume cada vez mais responsabilidades e, em 2003, ocupa, pela primeira vez o comando da ISAF. Tal acentua a nova função de política de segurança e o contributo da *Bundeswehr* no combate ao terrorismo (BMVg, 2014). Neste combate participam, a partir de 2002, as forças especiais alemãs do Comando de Forças Especiais (KSK) no âmbito do mandato da OEF (Mair, 2007, p.79), uma novidade absoluta, pois a Alemanha sempre havia recusado, até então, operações ofensivas de ataque e de intervenção desta ordem de grandeza. Mas a *Bundeswehr* foi rapidamente obrigada a reconhecer que a sua participação na missão de estabilização internacional iria colocá-los na linha do fogo cruzado dos rebeldes. No dia 7 de junho de 2003, a *Bundeswehr* sofre o primeiro ataque mortal. Quatro soldados alemães morreram e 30 ficaram feridos, alguns gravemente (BMVg, 2014). Este ataque chocou, quer a população alemã, quer o comando militar e foi o impulso para o início da estruturação do contingente alemão com viaturas blindadas (Chiari, 2015, p.143). O teatro de operações da ISAF é, a pedido do governo do Afeganistão, alargado no outono de 2003, no sentido de garantir a segurança e a estabilidade fora de Cabul. A *Bundeswehr* assume cada vez mais responsabilidades no recém-criado comando regional norte (RC North) no espaço de Mazar-e-Sharif, Konduz e Faizabad. A partir dos finais de 2005, a *Bundeswehr* participa, com cerca de 3000 soldados, na intervenção ISAF. Este passo importante mostra que, por um lado, a RFA assume mais responsabilidades, sendo, por outro, também considerado um parceiro equivalente e equitativo à coligação liderada pelos EUA (Mair, 2007, p.81). Tal não foi, no entanto, o mero produto de uma confiança acrescida, mas também o resultado da pressão exercida pelos parceiros da coligação EUA e Grã-Bretanha, os quais exigiam um empenhamento mais forte por parte da Alemanha no combate aos rebeldes face à crescente degradação das condições de segurança vivida a partir de 2006 (Chiari, 2015, p.145). A operação *Harekate Yolo*² é a primeira grande operação militar de combate dos rebeldes na região norte.

² Apêndice B.



As tropas internacionais e afegãs, sob o comando alemão, conseguem, em novembro de 2007, recuperar zonas ocupadas pelos talibãs; esta foi, para a *Bundeswehr*, a primeira operação militar ofensiva da história (BMVg, 2014).

A pedido da NATO, a *Bundeswehr* disponibiliza, a partir de julho de 2008, as forças para a *Quick Reaction Force* (QRF), uma tropa de intervenção rápida no norte do Afeganistão. As forças de combate disponibilizadas até então pela Noruega são equipadas com veículos blindados e veículos de combate de infantaria Marder. Nos finais de 2008, a *Bundeswehr* mobiliza cerca de 4500 soldados para o Afeganistão (BMVg, 2014). Com o regresso crescente dos talibãs, piora a situação de segurança na província de Konduz. A província torna-se uma das regiões mais perigosas do Afeganistão. A intervenção da *Bundeswehr* nesta região é marcada por confrontos armados quase diários (Chiari, 2015, p.148). O adversário revela uma cada vez maior organização militar nos seus ataques e nas suas emboscadas. O ministro da defesa, Karl-Theodor zu Guttenberg, fala pela primeira vez de “circunstâncias equivalentes a guerra” (Redaktion Focus, 2010) atingindo, deste modo, o sentimento de muitos soldados, que travam combates quase diários com um adversário assimétrico no Afeganistão. Na sexta-feira santa de 2010, a *Bundeswehr* sofre uma das piores lutas da história: três paraquedistas morrem no combate contra o inimigo (BMVg, 2014). A *Bundeswehr* vê-se obrigada a reagir à crescente ameaça e mobiliza mais armamento pesado para o Afeganistão, nomeadamente obus PzH 2000. No âmbito da operação *Halmazaq*³ (Gebauer, 2010) em novembro de 2010, a *Bundeswehr* leva, pela primeira vez, a cabo uma operação de ataque ao nível *Task force* (TF), na qual, numa colaboração com CF e as forças de segurança afegãs, a zona de Chara-Dara junto a Konduz é libertada da ocupação talibã. Durante a operação é utilizado armamento pesado, tais como artilharia e tanques, bem como helicópteros e aviões de combate (Gebauer, 2010). A *Bundeswehr* está novamente, após o final da Segunda Guerra Mundial, numa situação que equivale a uma guerra, atingindo, com 5500 soldados, a maior força de intervenção a atuar no estrangeiro (BMVg, 2014).

No dia 31 de dezembro de 2014 termina a intervenção no âmbito do mandato da ISAF. 55 militares perderam a vida, centenas ficaram feridos e psicologicamente abalados em 13 anos de intervenção da ISAF em Hindukush (BMVg, 2014). Centenas ficaram feridos e psicologicamente abalados.

³ Apêndice B.



É o maior derramamento de sangue alemão após a Segunda Guerra Mundial e uma imagem simbólica da RFA em transformação e, conseqüentemente, da *Bundeswehr*, desde as forças de defesa ao exército em intervenção (Chiari, 2010, p.247).



4. As diretrizes no domínio da defesa - Gênese e evolução de 1992 a 2010

No capítulo seguinte pretende-se analisar e avaliar os documentos fundamentais referentes ao setor da defesa da RFA. Pretende-se estabelecer uma relação entre o significado das intervenções e o conteúdo e a estrutura do documento, considerando os respetivos desafios pertinentes enfrentados pelas Forças Armadas no período do seu aparecimento, bem como o empenhamento em intervenções atuais da *Bundeswehr* no estrangeiro. As consequências para a estrutura, a missão e a organização da *Bundeswehr* devem igualmente ser analisadas e avaliadas em relação aos documentos. A avaliação do próprio documento é efetuada com base na aplicação do modelo de análise AQUA. No sentido de transmitir uma ideia base para a estrutura dos documentos fundamentais alemães, esta deve ser brevemente esquematizada na primeira parte do presente capítulo. Este capítulo constitui o cerne da parte analítica do trabalho, dado que os documentos fundamentais representam as bases decisivas e os indicadores para o desenvolvimento das Forças Armadas alemãs.

4.1. A estrutura dos documentos fundamentais para o setor da defesa da RFA

De um modo geral, a existência da *Bundeswehr*, bem como a sua missão, derivam do artigo 87.º alínea a) da Constituição da RFA (Linnenkamp & Christian, 2015, p.4). Com base na Constituição são elaboradas as assim denominadas diretrizes de política de defesa do ministério da defesa. Constituem um documento fundamental, promulgado pelo ministro da defesa enquanto base concecional e vinculativa para a política de defesa alemã, bem como para os trabalhos inerentes à sua atividade (BMVg, 2015). Por oposição, por exemplo, à Estratégia Europeia de Segurança (ESS) ou ao relatório da “Comissão Weizsäcker” datado de 2000 (von Weizäcker, 2000), as diretrizes da política de defesa não consideram os riscos não militares para a segurança, como por exemplo, a superpopulação, a fome, as epidemias, as consequências da imigração ou ainda a criminalidade transfronteiriça. As diretrizes da política de defesa estão particularmente concebidas no sentido da missão e das tarefas a desempenhar pela *Bundeswehr*. E é com base nas diretrizes da política de defesa que “são avaliadas as consequências que derivam das circunstâncias de política de segurança alteradas” (BMVg, 2003, p.12), consta do documento complementar. Definem, conforme se pode ler, “os princípios básicos da constituição da política de defesa” e determinam “a missão da *Bundeswehr*, avaliam as tarefas e apresentam indicações sobre as capacidades das Forças Armadas no futuro” (BMVg, 2003, p.9). Constituem a base fundamental vinculativa e devem, face à evolução



dinâmica dos desafios em matéria de política de segurança, ser continuamente desenvolvidas.

As diretrizes de política de defesa são desenvolvidas na célula de planeamento do ministro da defesa e servem de indicação-quadro para outros documentos de planeamento, tais como a conceção da *Bundeswehr*. As atuais diretrizes de política de defesa datam do ano de 2011 (BMVg, 2011), até neste momento, o documento foi elaborado por quatro vezes: em 1972, 1979, 1992 e 2003. Enquanto as diretrizes de política de defesa foram originalmente elaboradas para um período de dez a 15 anos, nas diretrizes de política de defesa de 2003 e de 2011 é enfatizado que as diretrizes de política de defesa devem ser regularmente verificadas e desenvolvidas face à dinâmica da evolução em matéria de política de segurança (BMVg, 2003, p.7) (BMVg, 2011). A conceção da *Bundeswehr* anteriormente referida, enquanto documento fundamental, é o documento principal da conceção global da defesa militar da Alemanha (BMVg, 2013). Ela descreve a forma como a *Bundeswehr* deve agir no sentido de cumprir as missões e as tarefas atribuídas no âmbito das diretrizes de política de defesa. Ela rege-se pelas diretrizes de política de defesa aplicáveis, quer em termos cronológicos, quer hierárquicos. Existem, assim, e considerando o período avaliado no presente trabalho, duas conceções da *Bundeswehr* a avaliar.

O último documento fundamental importante é o Livro Branco. Este é igualmente publicado pelo ministério federal da defesa e constitui um documento fundamental em matéria de política de segurança da RFA. Representa as condições quadro de política de segurança da RFA e seus aliados e retira conclusões para as tarefas da *Bundeswehr*, o seu quadro de pessoal, o equipamento e a formação (Linnenkamp & Christian, 2015, p.1). O Livro Branco funciona, assim, como programa de política de segurança do governo federal. O Livro Branco atualmente em vigor data do ano de 2006 (BMVg, 2006) e no ano de 2016 será publicado um novo Livro Branco da *Bundeswehr* (Linnenkamp & Christian, 2015, p.2). A par dos documentos fundamentais referidos existem ainda, naturalmente, outras instruções, ordens e aprovações que possuem relevância para a missão, a organização, a formação e o equipamento da *Bundeswehr*. Estes serão considerados na avaliação em análise, desde que contribuam de forma esclarecedora para o respetivo tema

4.2 A diretriz de política de defesa de 1992 e o Livro Branco de 1994

A política externa e de segurança alemã enfrentava, depois das alterações ocorridas entre 1989 e 1991, a missão de se adaptar às novas circunstâncias. O primeiro documento



fundamental foi, assim, a diretriz da política de defesa de 1992. Esta foi publicada pelo antigo ministro da defesa, Volker Rühe, com a promessa de desenvolver uma nova linha de orientação face à situação alterada em matéria de política de segurança da Alemanha após o fim da Guerra Fria e a reunificação na Europa (BMVg, 1992, p.1). Mas não foram apenas estas alterações que exigiram uma definição da organização política de segurança da Alemanha. Com base nos interesses alemães definidos e numa análise dos riscos a curto e médio prazo (BMVg, 1992, pp.18-23) são desenvolvidos cinco parâmetros fundamentais da política de segurança. Um "outro termo de segurança" que exige uma estreita cooperação de todos os campos políticos; o princípio da "segurança comum" abrange a interdependência regional, supraregional e global; a orientação da estabilidade abrange, cada vez mais, a envolvimento de fatores de estabilidade "não militares" (por exemplo, socioeconómicos ou legais); a cooperação com todos os aliados mantém-se fundamental no sentido da resolução de missões futuras; a defesa coletiva agrupa recursos escassos, desenvolve estruturas multinacionais e evita intervenções nacionais isoladas (BMVg, 1992, p.25).

Para além disso, a Alemanha pretende, como objetivo prioritário em matéria de política de segurança, impedir conflitos na Europa e preservar a segurança e a paz na Europa (BMVg, 1992, p.8). No sentido de alcançar estes objetivos é fundamental a dimensão da capacidade de defesa, sendo que esta se estende a um “âmbito geográfico alargado” e abrange medidas militares de “prevenção da segurança” (BMVg, 1992, p.25). Estas afirmações explicitam a mudança da organização da política de segurança alemã. A limitação à Alemanha e a política de defesa reativa são substituídas por uma política de interesses europeia e orientada no sentido da responsabilidade internacional. A *Bundeswehr* ocupou um papel primordial no sentido da implementação destes objetivos. Esta função alterada das Forças Armadas alemãs está expresso no artigo 37.º da diretriz da política de defesa, na qual a "superação flexível de crises e de conflitos num âmbito geográfico mais alargado” é identificada como a nova missão central da *Bundeswehr* (BMVg, 1992, p.37). Contudo, a assim denominada “gestão de crises” enquanto missão principal (BMVg, 1992, p.48) exigiu uma reestruturação integral das Forças Armadas, uma vez que as estruturas existentes estavam orientadas no mero sentido da missão de defesa. Segundo a classificação da NATO MC 317 de 1991, a *Bundeswehr* deveria, futuramente, ser estruturada em forças de reação a crises, forças principais de defesa e forças de apoio (Biel, 1998, p.17).



Com as diretrizes da política de defesa de 1992, o ministro da defesa Rühle viabilizava a participação alemã em intervenções no estrangeiro, independentemente da sua intensidade. A Alemanha despedia-se, assim, claramente da sua função de “importador de segurança” e evoluía enquanto exportador de segurança” (Sieg, 2000, p.145). A missão UNSOM II, que começava 6 meses depois, e a intervenção militar iniciada em 1995 nos Balcãs são as consequências visíveis desta nova perspetiva alemã relativamente à intervenção das Forças Armadas fora do âmbito da defesa nacional e da aliança.

Tal ficou comprovado e desenvolvido no Livro Branco de 1994, o qual repete e sublinha os objetivos da política de segurança da diretriz da política de defesa de 1992, ao mesmo tempo que define, em detalhe, a nova estrutura das Forças Armadas alemãs (BMVg, 1994, pp.25-39). Esta conceção de evolução contínua da *Bundeswehr* (BMVg, 1994, pp.87-133) é parte integrante do Livro Branco de 1994 e a base da nova organização e reestruturação fundamentais das Forças Armadas. Estava, assim, completa a estrutura essencial dos documentos referentes à política de defesa alemã, dando-se início à fase do “exército em ação” da *Bundeswehr* (Gießmann & Wagner, 2009, p.9). Através destes dois documentos fundamentais, o governo de Kohl dava origem ao ponto de partida para as intervenções militares nas décadas seguintes.

4.2.1 As consequências da diretriz da política de defesa de 1992 e do Livro Branco de 1994 para a *Bundeswehr* e a evolução até ao ano de 2000

Seguia-se a reestruturação das Forças Armadas nas três categorias referidas, sendo que se destacava a força de reação a crises com 50.000 homens, de um total de 370.000 militares (Biel, 1998, p.25). Para a estruturação e o equipamento destas unidades, os grupos existentes eram dissolvidos, quer em recursos humanos, quer em recursos materiais, dando origem a uma espécie de “exército de duas classes” (Gießmann & Wagner, 2009, p.16), dado que os recursos necessários resultavam de estruturas existentes e não de meios adicionais. Tal permite entender a importância deste passo político e deste modelo. Investia-se nas intervenções “*out of area*” concebidas para as forças de reação a crises os recursos destinados à defesa nacional. É um afastamento da defesa nacional como principal missão da *Bundeswehr*.

Outros passos neste sentido foram a estruturação do KSK enquanto unidade capacitada para intervenções internacionais de comando e intervenção especial, bem como a integração na nova estrutura do exército no ano de 1997, a qual era também designada por “novo exército para novas missões” (Budde, 2007, pp.117-23).



Após a mudança do governo em outubro de 1998, o novo governo federal, chefiado pelo chanceler Gerhard Schröder, declarava a “nova estruturação da *Bundeswehr*” como um dos “objetivos essenciais da reforma do governo federal” (Scharping, 2000, p.1). Neste sentido foram tomadas diferentes medidas, que deveriam funcionar como base de decisão. Em maio de 1999 foi criada uma comissão que deveria formular as recomendações para a futura estruturação da *Bundeswehr* (von Weizäcker, 2000). A Comissão Weizsäcker definia, de modo inequívoco, como missão prioritária da *Bundeswehr*, a intervenção no âmbito da gestão de crises. Com base no alargamento efetuado e iminente do espaço de estabilização face aos novos membros da UE e da NATO, a comissão viu que, pela primeira vez na história, a Alemanha estava “rodeada por aliados e parceiros, não estando, no seu território, exposta a perigos externos vindos dos países vizinhos. Esta nova circunstância básica de segurança alemã não é de caráter passageiro, possui um caráter vinculativo para o futuro próximo” (von Weizäcker, 2000, p.13).

Perante este cenário e a nova área de competências inerente foi claramente afirmado relativamente à *Bundeswehr*: “É excessivamente grande, está mal estruturada e está a tornar-se obsoleta” (von Weizäcker, 2000, pp.11-13). A forma defensiva apenas estaria preparada para forças de intervenção fracas. A missão militar seria muito diminuta. A *Bundeswehr* não teria futuro com a sua estrutura atual. Já não seria suficiente uma mera adaptação. Ela precisaria de uma renovação “desde a raiz” (von Weizäcker, 2000, p.13). A “Comissão Weizsäcker” recomendou outra redução drástica para 240.000 soldados, sendo que o número de soldados a prestar serviço militar obrigatório, 25.000, seria apenas uma pequena parte do total (von Weizäcker, 2000, p.71). Dado que o governo federal, representado pelo ministro da defesa Scharping não pretendia uma reforma tão abrangente, tendo sido colocado à discussão o dever da defesa, considerado um pilar essencial, era aprovada, uma semana após a apresentação do relatório da “Comissão Weizsäcker”, a sua própria ideia relativamente à reestruturação (Scharping, 2000). Deste modo era travada a verdadeira reforma estrutural (Groß & Rose, 2002, pp.7-9).

As Forças Armadas deveriam, doravante, ser constituídas por 255.000 soldados (Scharping, 2000, p.54). O cerne essencial da reforma foi, uma vez mais, o aumento das forças de intervenção. Pretendia-se que estas tivessem, com 150.000 soldados, o triplo da dimensão das forças de reação a crises previstas até então (Scharping, 2000, p.12). A orientação no sentido da intervenção avançou face à pressão das guerras e intervenções na Bósnia e no Kosovo, sendo que a defesa nacional continuava a ser a principal tarefa da



Bundeswehr, essencialmente no sentido da manutenção do dever da defesa (Scharping, 2000, p.4). Para concluir, é de realçar que Scharping apenas contrariou parcialmente os resultados da Comissão Weizsäcker relativamente à *Bundeswehr* que afirmava que esta “É excessivamente grande, está mal estruturada e está a tornar-se obsoleta“, mascarando, assim, as exigências da atualidade. É certo que contribuiu, em parte, para a redução do número de soldados, contudo, quase nada foi feito relativamente ao facto de estar mal estruturada e a ficar obsoleta.

4.3 A diretriz da política de defesa de 2003

O ano de 2003 colocou o ministério da defesa e a *Bundeswehr* perante grandes desafios. O empenhamento no estrangeiro estava no auge, a *Bundeswehr* participava com contingentes de diferentes dimensões nas missões SFOR, KFOR, ISAF, OEF e em outras missões mais pequenas. Os planos relativos os *Milestones* no sentido de uma renovação apresentados pelo antigo ministro da defesa, Rudolf Scharping, levaram a que, em 2003, houvesse um défice de forças de intervenção, tendo originado uma evitável contenção das forças necessárias no âmbito do apoio militar (Meiers, 2005, p.16). Consequentemente, ficou esgotada a capacidade de resistência da *Bundeswehr* que, nessa altura, tinha cerca de 10.000 soldados em missões no estrangeiro (Meiers, 2005, p.17). Quando se compara as intenções no âmbito dos *Milestones* de Scharping, realizar duas intervenções médias com 10.000 soldado cada, com a situação de 2003 e, considerando que a *Bundeswehr* chegou aos limites da sua resistência com 10.000 soldados em missão, torna-se rapidamente evidente que as estruturas existentes foram insuficientes. Consequentemente, o então ministro da defesa, Dr. Peter Struck, constatou que, não obstante a reestruturação ocorrida ao longo de vários anos, o fosso entre o perfil exigido e o perfil da capacidade real da *Bundeswehr* era cada vez maior (BMVg, 2003, p.15). Esta discrepância e as condições quadro políticas alteradas, com uma participação reforçada em intervenções no estrangeiro por parte da *Bundeswehr*, davam origem a uma nova diretriz de política de defesa, aprovada pelo então ministro da defesa, Dr. Peter Struck, em maio de 2003 (BMVg, 2003).

As diretrizes de política de defesa determinam claramente, que a “defesa nacional tradicional contra um ataque convencional [...] já não corresponde às exigências atuais de política de segurança” (BMVg, 2003, p.12). Dado que atualmente e no futuro próximo não se preveem perigos no território nacional alemão por parte de forças armadas convencionais, o documento considera que “as capacidades disponibilizadas para este único fim” (BMVg, 2003, p.12) já não são necessárias. Os impactos destas afirmações são



muito mais graves do que possam parecer à primeira vista, mesmo para um leigo em matéria militar. “Para a lógica do exército alemão, tal representa uma rutura com muitas tradições. As diretrizes de política de defesa de 2003 representam, simultaneamente, o ponto de partido inovador para o crescente número de missões da *Bundeswehr*. Documentos semelhantes do passado não eram mais do que mero inventário, pois descreviam essencialmente aquilo que as Forças Armadas já faziam há muito tempo (Clement, 2004, p.42). As afirmações centrais das diretrizes de política de defesa revestem uma importância fulcral para a *Bundeswehr* do século XXI.

A *Bundeswehr*, enquanto instrumento da política de defesa alemã, (Clement, 2004, p.44) é, a par de outros potenciais tais como a economia, as finanças, a política externa e a diplomacia, um fator central da relevância da Alemanha na política mundial. Neste sentido, a *Bundeswehr* representa uma verdadeira potência política de segurança e, porventura, o instrumento de maior peso da política de defesa. A política de defesa alemã é, assim, definida por três fatores: inclusão multinacional da *Bundeswehr*, espectro de tarefas alterado da *Bundeswehr* e recursos disponíveis para a *Bundeswehr* (BMVg, 2003, p.9). No âmbito da inclusão multinacional, segundo a redação da diretriz de política de defesa de 2003, “as intervenções armadas da *Bundeswehr*, com a eventual exceção de operações de evacuação e de socorro, [...] são realizadas em conjunto com aliados e parceiros no âmbito da ONU, NATO e UE” (BMVg, 2003, p.23). A inclusão multinacional da Alemanha e da *Bundeswehr* veio a tornar-se uma característica determinante da política de defesa alemã. A competência da *Bundeswehr* no sentido da interoperabilidade é, assim, realçada e definida pela diretriz de política de defesa de 2003 (BMVg, 2003, p.25). Tal resulta de uma incidência formativa relativamente a áreas de competência importantes e da organização da *Bundeswehr* no sentido do novo espectro de tarefas.

As diretrizes de política de defesa de 2003 definiram a missão da *Bundeswehr* de modo sustentável. A *Bundeswehr* é, conforme já mencionado, referida como um “instrumento” abrangente de política de segurança e de defesa. A par da defesa da Alemanha, enquanto base legal e constitucional abrangente, a missão da *Bundeswehr* é, cada vez mais, diversificada: o setor parcial da segurança da “capacidade de ação de política externa” avança de modo reforçado (BMVg, 2003, p.28/29). Tal abrange, a par do apoio aos parceiros aliados num âmbito geográfico indefinido, a exigência pública de manutenção das Forças Armadas enquanto instrumento político, de modo a preservar os seus interesses e a sua influência internacional (BMVg, 2003, p.28). Em comparação com



os *milestones* de Scharping e as diretrizes de política de defesa de 1992, torna-se evidente a redefinição da missão inicialmente considerada sustentável. “Regra geral, as missões não sofreram alterações, mas tornaram-se mais diversificadas” (Schneiderhahn, 2005, p.11), afirmou o inspetor-geral da *Bundeswehr*, Wolfgang Schneiderhan, em maio de 2005. Apesar da sua redundância, a afirmação é válida. Pois o espectro de tarefas da *Bundeswehr* aumentou de um modo sem precedentes. Tal será concretizado adiante. As diretrizes de política de defesa de 2003 definiram, de modo inequívoco, as tarefas alteradas da *Bundeswehr*. Ocorria naturalmente e em simultâneo um novo equilíbrio em relação aos documentos anteriores. De um modo geral, conforme previsto na diretriz de política de defesa de 2003, as tarefas da *Bundeswehr* derivam, por um lado, da missão legal e constitucional que lhe foi atribuída e, por outro, dos objetivos da política alemã de segurança e de defesa (BMVg, 2003, p.29). A prevenção de conflitos internacionais e a superação de crises, bem como o combate ao terrorismo internacional avançaram, assim, para o topo da lista de tarefas. Estas tarefas marcam, consequentemente, a estrutura, a dimensão, o equipamento e as capacidades da *Bundeswehr*. Elas determinam a estrutura. A par da função inicial, ora marginalizada, da defesa da nação contra ataques convencionais, a *Bundeswehr* deve agora disponibilizar forças e meios adequados ao risco (BMVg, 2003, p.29). Uma formulação muito vaga que permite adivinhar a importância da defesa da integridade territorial, apesar de ser constantemente reiterado que a proteção da Alemanha continua a ser a tarefa principal da *Bundeswehr*. As diretrizes de política de defesa de 2003 consideram como tarefas principais o apoio aos parceiros aliados, a permanente supervisão do espaço aéreo e marítimo alemão, as intervenções de socorro e de evacuação por forças especiais, a prestação de assistência e os contributos para a “reestruturação da ordem social [...] em zonas de crise” (BMVg, 2003, p.29).

Desde as missões no Kosovo e no Afeganistão que esta última, em particular, se tornou na tarefa quotidiana da *Bundeswehr*. É a realidade das intervenções que alterou intensamente o espectro de tarefas da *Bundeswehr* ao longo da última década. Tornou-se num fator decisivo da *Bundeswehr*, a par da condição recíproca de integração multinacional. Nas diretrizes de política de defesa de 2003 consta, de modo inequívoco: “O fim político determina o objetivo, o local, a duração e o tipo da intervenção”, e o espectro da intervenção pode mesmo chegar “a operações de grande intensidade” (BMVg, 2003, p.25). Este eufemismo significa uma intervenção armada, seja qual for a sua intensidade, sem limite geográfico. E é no mesmo tom que se fala de “operações de manutenção da paz,



de estabilização e de implementação da paz” (BMVg, 2003, p.25). Os limites entre os diferentes tipos de intervenção são, obviamente, flexíveis. Um conflito pode rapidamente agravar-se e obrigar a que as medidas de manutenção de paz passem a medidas de implementação de paz. A prevenção de conflitos e a superação de crises são duas expressões reiteradamente utilizadas no contexto do espectro de intervenções da *Bundeswehr* e nas diretrizes de política de defesa (BMVg, 2003, pp.25-29). A tarefa da defesa nacional contra um ataque convencional passa para segundo plano, conforme já referido e justificado. Contudo, mantém-se a necessidade de uma “capacitação que permita reestruturar a defesa nacional contra um ataque por parte de forças armadas convencionais ao longo de um período de tempo razoável”, conforme consta das diretrizes de política de defesa (BMVg, 2003, p.26).

4.3.1 As consequências da diretriz de política de defesa de 2003 para a *Bundeswehr*

No dia 1 de outubro de 2003, o Dr. Peter Struck aprovou ainda a *Instrução para o desenvolvimento contínuo da Bundeswehr* (Struck, 2003). Nesta instrução são novamente concretizadas as intenções fundamentais, bem como o plano cronológico para os procedimentos subsequentes. Struck determina que, até finais de 2003, sejam tomadas todas as decisões importantes, para que os resultados sejam refletidos no plano da *Bundeswehr* em 2005 (Struck, 2003, p.5). Ele refere ainda de uma implementação gradual das decisões. Os resultados devem ser visíveis a partir dos anos 2007/2008. A determinação fundamental do desenvolvimento contínuo deveria ser documentada no Livro Branco de 2005. Contudo, este surgia apenas no ano seguinte. Struck exige ainda uma redução do quadro de pessoal da *Bundeswehr* para 250.000 soldados a concretizar até ao ano de 2010 e a uma redução do pessoal civil (Struck, 2003, p.6).

Struck incumbe o inspetor-geral, Wolfgang Schneiderhahn, e os secretários de estado competentes com a implementação da sua instrução e define um período breve para a concretização. Struck reconheceu que a reestruturação fundamental das Forças Armadas era imprescindível e tentou que esta fosse rapidamente encaminhada, de modo a manter a sua credibilidade e competência enquanto chefia, com reconhecimento a nível nacional e internacional. O processo de transformação da NATO a decorrer em paralelo (Theile, 2004, p.31) e as amplas obrigações que derivam das intervenções da NATO e das missões da ONU foram decisivos para despoletar o processo. Nesta altura, a *Bundeswehr* ainda não estava suficientemente preparada para estes novos desafios e evoluções, devido às



estruturas ainda existentes da Guerra Fria, chegando aos limites de capacidade de resistência e ação. Só com enorme esforço foi possível constelar contingentes de intervenção baseados em capacidades, pois prevalecia uma orientação rígida no sentido da defesa nacional, um ideal de forças militares parciais e uma falta de adaptação tecnológica. As reformas dos anos 2000/2001 ainda não tinham alcançado a eficácia necessária e ficaram aquém em matéria de conteúdo (Müller, 2003). Struck reconheceu tal facto e manifestou-o na diretriz de política de defesa de 2003, bem como nas instruções e documentos essenciais que nela se alicerçaram.

4.4 A conceção da *Bundeswehr* em 2004

Em janeiro de 2004, Struck impulsionava, com os mesmos pontos de referência, o novo curso (Struck, 2004). Em agosto de 2004 seguia-se o documento abrangente - Princípios gerais da conceção da *Bundeswehr*, doravante designada por conceção da *Bundeswehr*. Este representa o documento fundamental da conceção geral da defesa militar e, consequentemente, a instrução fundamental no sentido do cumprimento da missão da *Bundeswehr*, bem como do seu desenvolvimento contínuo (BMVg, 2004, p.2). Conforme definido nas diretrizes de política de defesa de 21 de maio de 2003, este foi baseado na nova missão da *Bundeswehr* e no novo e equilibrado perfil de tarefas. A conceção da *Bundeswehr* de Struck determinava as linhas de orientação, os princípios e as indicações operacionais para o cumprimento das tarefas. O próprio preâmbulo da conceção da *Bundeswehr* exprime claramente a influência essencial da realidade das intervenções na elaboração do documento. Struck fala de três motivos que tornam o desenvolvimento contínuo da *Bundeswehr* imprescindível. Em primeiro lugar, a situação alterada da segurança, sendo a Alemanha defendida no Afeganistão; em segundo lugar, os processos de adaptação no seio da NATO e da UE, os quais também exigem à Alemanha um processo de transformação; e em terceiro lugar, a realidade das intervenções e o novo papel de liderança alemã nas missões (BMVg, 2004, p.3). Conclui-se, portanto, que este documento fundamental nasceu, essencialmente, devido à realidade das intervenções. E o espectro de tarefas redefinido refere em quatro de seis pontos o empenhamento da *Bundeswehr* fora do território alemão (BMVg, 2004, p.11).

Os necessários processos de adaptação das estruturas, da missão e da organização da *Bundeswehr* são as consequências do empenhamento internacional da RFA, pois nesta altura a *Bundeswehr* não estava preparada neste sentido. Mas Struck não se refere a um



processo de adaptação puro ou a uma pequena reforma; ele fala da necessidade de uma transformação das Forças Armadas (BMVg, 2004, p.3; 13; 51).

O cerne da transformação é a criação de três categorias de forças: forças de intervenção, forças de estabilização e forças de apoio. Estas recebem a formação e o equipamento adequado para as respectivas missões. As capacidades globais devem surgir e revelar-se nas ações conjuntas das Forças Armadas. A *Bundeswehr* deve, conseqüentemente, ser preparada no sentido de melhorar as suas capacidades, melhorando assim a sua posição face aos desafios dos século XXI (BMVg, 2004, p.51).

Estão previstos 35.000 soldados das forças de intervenção destinados à aplicação de medidas de implementação da paz. Devem, ainda, ser criadas forças de estabilização com um corpo de 70.000 soldados, dos quais 14.000 podem estar simultaneamente em ação. Devem servir no sentido da consciencialização das operações de estabilização (BMVg, 2004, pp.25-26). Os restantes soldados são atribuídos às forças de apoio. O perfil de aptidão ajustado representa outro ponto na reestruturação da *Bundeswehr* e o cerne da conceção da *Bundeswehr*. As categorias de aptidão estão divididas em seis, estando todas elas interligadas. Os seis pontos, a capacidade de liderança, a obtenção de informação e esclarecimento, a eficácia na intervenção, o apoio e a capacidade de resistência e a capacidade de sobrevivência e proteção referem-se à prevenção de conflitos, superação de crises e ao combate ao terrorismo internacional (BMVg, 2004, p.16).

Esta é, assim, a verdadeira reestruturação da *Bundeswehr* nas missões de prevenção de conflitos e de superação de crises. Esta intenção, claramente formulada na conceção da *Bundeswehr*, e a pressão das intervenções em curso e o reconhecimento da necessidade de uma renovação fundamental das Forças Armadas constituem, na verdade, o alicerce do processo de transformação iniciado pelas diretrizes de política de defesa de 2003.

4.5 O Livro Branco de 2006

O Livro Branco da *Bundeswehr* de 2006 é o primeiro depois de 1994 e pode ser considerado uma evolução adequada da diretriz de política de defesa de 2003. Paralelamente a estas, o Livro Branco identifica o terrorismo, a proliferação e o armamento ao nível mundial, os conflitos regionais, o tráfico ilegal de armas, os obstáculos ao desenvolvimento e a fragilidade estatal, a proteção das vias de transporte para os recursos, a comunicação e o abastecimento de energia, os movimentos migratórios, as pandemias, bem como epidemias conseqüentes da globalização como novos desafios para a Alemanha e para a *Bundeswehr* (BMVg, 2006, pp.23-27).



O Livro Branco identifica a transformação como sendo o cerne da adaptação das Forças Armadas a estes desenvolvimentos e desafios em matéria de política de segurança. A capacidade de intervenção da *Bundeswehr* num ambiente em transformação deve ser aumentada e preservada. Neste contexto, a transformação abrange todas as dimensões das Forças Armadas e a respetiva gestão (BMVg, 2006, p.88).

A modernização do material equivale a uma das tarefas mais pertinentes, em particular para os soldados, as forças de intervenção e de apoio a intervir em missões no estrangeiro. A mobilização de grandes exércitos é obsoleta. Para as intervenções futuras, a *Bundeswehr* necessita de unidades mais pequenas e muito bem formadas (BMVg, 2006, pp.85-87). O Livro Branco identifica, como obrigações da *Bundeswehr*: garantir a capacidade negocial da Alemanha em matéria de política externa; contribuir para a estabilidade no espaço europeu e global, garantir a proteção e defesa da nação e países aliados, bem como promover a colaboração multinacional e a integração (BMVg, 2006, p.71). No âmbito da política de segurança e de defesa europeia (ESVP) devem ser cumpridas as missões de Petersberg (EUR Lex, 2014). Estas abrangem missões de caráter humanitário e de socorro, tarefas de manutenção da paz, bem como intervenções de combate no sentido da superação de crises, incluindo a implementação de medidas de paz. São, assim, necessárias forças de intervenção rápidas e móveis, que possam operar durante períodos prolongados, longe dos territórios aliados (Naumann, 2004, p.120). O novo Livro Branco caracteriza o abandono final do antiquado conceito de defesa nacional e a organização das Forças Armadas no sentido de um exército global de intervenção e estabilização, que sirva os interesses da Alemanha e dos seus aliados. As ameaças atuais, bem como futuras, a curto e médio prazo, foram ponderadas de forma realista. Em comparação com a doutrina válida até 2001, esta de 2006 representa uma diferença fundamental. Pois esta proporciona a crescente disponibilidade da República Federal da Alemanha para assumir cada vez mais responsabilidades de âmbito internacional, para correr maiores riscos e, por conseguinte, satisfazer o desejo dos aliados e da sua própria posição no mundo. O Livro Branco de 2006 permite, assim, uma leitura da base da política de segurança para a participação da *Bundeswehr* em intervenções no estrangeiro. Por sua vez, esta exige a continuação consequente das transformações iniciadas, dado que esta é a chave da “competitividade” da *Bundeswehr* no círculo dos grandes parceiros da NATO: os EUA, a Grã-Bretanha e a França. A Alemanha decidiu assumir uma função de maior relevo no mundo, alicerçando esta sua vontade na participação em missões internacionais.



Assim, o Livro Branco de 2006 surge como um documento que, por um lado, justifica a participação em intervenções e a transformação da *Bundeswehr*. Neste caso, a intervenção não é, portanto, a força mobilizadora das alterações ao nível das Forças Armadas, mas sim o objetivo político, pois este calcula a participação geral nas intervenções. Os possíveis locais de intervenção, ao nível mundial, e o amplo espectro das eventuais missões justificam a transformação necessária, pois a *Bundeswehr* apenas estava parcialmente preparada e pronta.

4.6 O desenvolvimento até 2010

Sob observância do estado de implementação da diretriz de política de defesa de 2003, no ano de 2010 tornou-se rapidamente evidente que alguma eficácia foi perdida ou que surgiram efeitos colaterais não previstos. Embora tenha sido possível reduzir as tropas, não foi bem-sucedida a adaptação do número de orçamentos civis e postos. Consequentemente, a redução dos custos com pessoal não ocorreu conforme previsto. Um dos motivos consiste no facto de o planeamento da estrutura de pessoal ter sido efetuado por altos cargos, que, com elevada certeza, não iriam cortar os seus próprios postos de trabalho (Naumann, 2013, p.51). Nas cooperações europeias de armamento não foram realizados novos projetos de maior dimensão, contudo, prosseguiram os que estavam a decorrer, não tendo, portanto, havido praticamente quaisquer alterações neste âmbito. Com a introdução das Operações Centradas em Redes foi gerada uma nova abordagem abrangente e conjunta (von Bredow, 2014, p.158). A manutenção da estabilidade no espaço europeu e global foi concretizada por inúmeras intervenções no âmbito da UE, das Nações Unidas e da NATO. Contudo, as vozes críticas afirmam que a participação em intervenções no estrangeiro, em zonas fora dos territórios da Aliança, contribuiu parcialmente para colocar a população alemã em perigo (von Bredow, 2014, p.160). Parte desta posição deve-se ao trabalho mediático desenvolvido em torno dos soldados alemães mortos (Chiari, 2010, p.145). A real intenção da diretriz de política de defesa de 2003 era a de adequar a *Bundeswehr* à nova situação política de segurança e de a estruturar no sentido de uma nova missão: a da perceção de um espectro de tarefas mais alargado. Contudo, é possível constatar que a *Bundeswehr* recorre múltiplas vezes a estruturas obsoletas, não tendo, em alguns setores, nomeadamente, o planeamento, a resolução de problemas e a interoperabilidade, registado quaisquer alterações relevantes. No âmbito da mobilidade devem ser registados problemas evidentes na introdução de aeronaves. E as razões são inúmeras e diversas. Acresce ainda que o departamento de aprovisionamentos da



Bundeswehr revela pontos fracos associados à morosidade dos processos e das burocracias inerentes. As melhorias no equipamento e na formação ocorreram somente após as experiências ganhas nas intervenções que, por vezes, resultam de reveses (Rinke, 2014, p.29). Estas evoluções levaram, no início do ano de 2010, a que o então Ministro da Defesa Karl Theodor zu Guttenberg recorresse a uma comissão de peritagem com o objetivo de elaborar propostas para uma profunda reforma estrutural da *Bundeswehr* devido à contenção de custos e à mudança das tarefas, no sentido de prosseguir o processo da transformação (Brehm & Koch, 2012, pp.27-29)

O relatório publicado em outubro de 2010 da assim denominada *Comissão Weise* (Strukturkommission der Bundeswehr, 2010) designa, de modo inequívoco, no título do estudo a nova linha de pensamento do Ministério Federal da Defesa: “*Pensar a partir da intervenção*” (Strukturkommission der Bundeswehr, 2010, p.1). A implementação deste objetivo deve ser alcançada através de uma “maior flexibilidade e melhor eficiência da *Bundeswehr*” (Strukturkommission der Bundeswehr, 2010, p.3). Alerta-se, sem margem para dúvidas, que as intervenções humanitárias pertencem ao passado, tratando-se, de ora em diante, de “intervenções militares ativas [...] da Somália à antiga Jugoslávia, até ao Afeganistão e das intervenções da Marinha no Corno de África” (Strukturkommission der Bundeswehr, 2010, p.17). As propostas da Comissão Weise são complementadas pelo relatório apresentado quase em simultâneo pelo inspetor-geral da *Bundeswehr*, Volker Wieker, que formula com precisão as ideias de reforma. A reconversão da *Bundeswehr*, que a afasta do conceito de exército de serviço militar obrigatório, é fundamental, pois as “Forças Armadas profissionais são indispensáveis sob o ponto de vista da política de segurança; a *Bundeswehr* deve ser um ator global e conseguir também “reagir aos imprevistos” (Wieber, 2010, p.12). A realidade das intervenções nos últimos 20 anos e as análises relativas ao futuro evidenciam que os riscos e as ameaças podem partir de Estados e regiões que se escusam ao controlo por um Estado funcional. Neste grupo incluem-se as zonas de Estados falhados o Alto Mar, o Espaço Aéreo destas regiões, o Espaço e grande parte do espaço de informação (Wieber, 2010, pp.12-14).

Estes relatórios ditaram a reforma estrutural de 2011 e a diretriz de política de defesa de 2011, constituindo o marco decisivo do processo de transformação que perdura até aos dias de hoje na *Bundeswehr* e do fim do serviço militar obrigatório na Alemanha. As consequências claramente formuladas sobre a continuação da transformação são a situação mundial alterada, as obrigações dos aliados no âmbito da NATO e da UE, bem como as



estruturas insuficientes das Forças Armadas. As experiências resultantes das intervenções anteriores e prolongadas ensinaram os líderes políticos e militares no sentido de que as estruturas existentes já não estão à altura de tal evolução, sendo indispensável prosseguir a transformação. Tudo isto sucedeu após as atuais pressões inerentes aos soldados mortos e feridos da *Bundeswehr* na intervenção ISAF, tendo claramente influenciado esta decisão. As Forças Armadas alemãs tinham, finalmente, chegado à realidade militar e política do século XXI.



5. Outros fatores de influência para as estruturas pessoais e materiais da *Bundeswehr* entre 1992 e 2010

Os demais fatores de influência descritos no presente capítulo e que incidem sobre os desenvolvimentos das estruturas das Forças Armadas no período objeto de estudo devem ser diferenciados em fatores de influência internos e externos. O foco principal dos fatores internos reside, sobretudo, nas condições-quadro políticas e na evolução do orçamento da defesa. As condições-quadro externas são, no essencial, as orientações da NATO e da UE para o setor da defesa entre 1992 e 2010.

5.1 Fatores de influência internos

Após o amplo abandono do conceito da pura defesa nacional e intervenções cada vez mais recorrentes no estrangeiro desde 1992, revelou-se claramente, como modo de intervenção mais frequente da *Bundeswehr*, a implementação, manutenção e supervisão da paz. Daí resultavam novos custos que eram devidos aos soldados que estavam ao serviço em países longínquos, bem como inerentes à modernização dos equipamentos e materiais no âmbito do processo de transformação em curso, e ainda a reestruturação dos setores de liderança e gestão (von Bredow, 2014, p.143). Uma vez anulada a ameaça que constituía a União Soviética, o orçamento destinado à defesa passou para praticamente metade do valor. Se nos anos entre 1975 e 1990 a percentagem dos meios militares atingiam cerca de 18-20% do orçamento global, este diminuiu para cerca de 10-11% após a reunificação, valor que se mantém constante até aos dias de hoje (Bundesfinanzministerium, 2016). A diminuição do valor devia-se, por um lado, ao facto de já não existir uma ameaça real, sendo, por outro lado necessário para a reestruturação dos novos Estados Federados que surgiam. O assim denominado “dividendo da paz” que as Forças Armadas tinham de suportar foi maciçamente atribuído ao aprovisionamento, bem como à manutenção dos equipamentos e imobiliário. Quase não se efetuavam novos investimentos, mesmo quando, por razões políticas e legais, se defendia grandes projetos, tais como o projeto Eurofighter (Fleckenstein, 2000, p.14). Na globalidade, a *Bundeswehr* sofreu, desde 1992, três crises sucessivas: primeiro, a crise de identidade, devido ao desaparecimento do principal opositor com o Pacto de Varsóvia; depois, a crise financeira, na qual foram reduzidas as despesas com a defesa e, em seguida, uma crise estrutural, pois tinha de enfrentar novos desafios com estruturas obsoletas (Großholz & Protugall, 2006, p.15). As causas concretas da crise orçamental são, de um modo global, a crise financeira estruturalmente condicionada por todos os orçamentos públicos entre 1991 e 2012 na Alemanha, bem



como a crescente pressão social no sentido da eficiência estatal no gasto dos dinheiros dos impostos e o espírito modernista, marcado pelo neoliberalismo económico (Großholz & Protugall, 2006, pp.15-17).

Na opinião dos críticos, as reformas levadas a cabo pelos Ministros da Defesa, Rudolf Scharping e Peter Struck, pecaram por serem tardias, já não podendo ser suficientemente sustentadas monetariamente; faltava também um financiamento base urgente e necessário na fase inicial. Também não se compreende a realidade política que apenas reage de modo muito reticente às alterações relevantes em matéria de defesa. A atribuição de meios às Forças Armadas simboliza também a relevância militar na ordem de prioridades da política de segurança (Naumann, 2002, p.67). No melhor dos cenários, a combinação da situação orçamental federal, bem como a análise da ameaça por parte do Ministério da Defesa determina o Orçamento e a Estratégia; no pior dos cenários, o orçamento dita o valor da verba a atribuir às tropas, bem como todo o conceito estratégico global. Os responsáveis têm, depois, de elaborar um plano de intervenção que, embora funcione com as limitadas atribuições, não está, muitas das vezes, adequado à situação atual - assim sucedeu entre 1991 e 2011 (Naumann, 2013, p.53).

Enquanto as cidadãs e os cidadãos não reconhecerem uma ameaça existencial, será quase impossível implementar um aumento drástico do orçamento destinado à defesa. Acresce ainda o facto de que, na Alemanha, após os ataques nos EUA, na Grã-Bretanha e na Espanha, as discussões em torno da nova política de segurança militar e do respetivo financiamento, terem sido efetuadas à margem, tendo sido evitado um debate sobre a posição, a função e, por fim, a atribuição de capitais à *Bundeswehr* (von Bredow, 2014, p.158). Na opinião do antigo inspetor-geral Klaus Naumann é ingénuo pensar-se que uma estratégia nasce, por um lado, da sinopse da situação de ameaça e dos riscos políticos de segurança e, por outro, das intenções políticas, que determina as necessidades de material e pessoal, não representa a realidade dos processos políticos de formação de vontade em democracia (Naumann, 2004, p.114).

Com base no produto interno bruto, a Alemanha despende, de facto, em média, 1,2% do PIB a menos com a defesa; os países parceiros europeus na UE e na NATO possuem uma taxa maior. E no setor dos investimentos no âmbito da defesa, a Alemanha também se situa num patamar inferior, com uma média de 20-25%. A França e a Grã-Bretanha disponibilizam mais de 30% (Müller, 2008, p.80). Avaliando os números em função do desempenho económico, a Alemanha deveria, devido à sua posição enquanto uma das



potenciais mais fortes da Europa, despender claramente mais dinheiro com as necessidades militares.

Tal confirma também, em números, a perspectiva de Naumann e reflete, na globalidade, a realidade da política alemã de segurança e de defesa ao longo dos últimos 20 anos (von Bredow, 2014, p.162). De um modo geral é possível constatar que o orçamento da defesa no período entre 1992 e 2010 esteve, nos governos de qualquer um dos partidos, sempre na rubrica do orçamento que era possível congelar, uma vez que as despesas extras para a defesa e o armamento constituem um tema difícil de defender na Alemanha sob o ponto de vista político-social, em particular após a eliminação da ameaça conseguida com o Pacto de Varsóvia. Deste modo, uma grande parte das medidas de reforma e também da iniciativa no sentido da transformação resultam, por necessidades financeiras, na redução ou diminuição da *Bundeswehr*. A dimensão das Forças Armadas que existia em 1992 já não conseguia, em 2010, ser financiada por nenhum governo alemão e a justificação da necessidade política também se tornara cada vez mais difícil.

5.2. Fatores de influência externos

Com o fim da Guerra Fria, começava também, para a NATO, um período de alterações e reformas, tendo, a aliança estratégica sofrido grandes alterações. Já no Tratado de Roma de 1991, a NATO tinha alterado o seu conceito estratégico. Nos anos seguintes, todas as bases estratégicas da *Bundeswehr* foram adequadas a esta estratégia da NATO. Estas adequações estão refletidas nos documentos já referidos, a diretriz de política de defesa de 1992 e o Livro Branco de 1994. Em relação ao exército da NATO sucedia, então, uma alteração fundamental, que originava diferentes tipos de exército. Todos os exércitos da NATO foram divididos em *Rapid Reaction Forces* e *Main Defense Forces*. A *Bundeswehr* criou duas forças: forças de reação a crises (KRK) e forças de defesa principais (HVK).

A missão da KRK consistia, essencialmente, em realizar intervenções *out of area*, ou seja, fora dos territórios da NATO, condicionando a alteração fundamental da estruturação das Forças Armadas, uma vez que estas estavam, até então, exclusivamente preparadas para a defesa nacional e dos aliados na Europa Central. Estas tendências prosseguiram até à estratégia da NATO de 1999. O processo de transformação da NATO no período entre os conceitos estratégicos de 1991 e 1999 e a reforma da *Bundeswehr* são, portanto, consideradas condições-quadro, constituindo a mudança da restrição para o envio de



soldados alemães para intervenções *out of area*, bem como uma reestruturação geral das principais características (Schöneberger, 2014, p.67).

Os ataques terroristas nos EUA no dia 11 de setembro de 2001 terminavam, assim, um debate sobre o âmbito de intervenção geográfico da NATO. A nova regulação da linguagem relativamente à qual os membros da Aliança tinham concordado afirmava que a Aliança deveria recorrer às Forças Armadas “onde quer que fossem necessárias” (Meiers, 2005, p.16). As intervenções em zonas longínquas na luta contra o terrorismo internacional e a proteção contra armas de destruição maciça definiam, assim, a nova missão da Aliança Atlântica após os acontecimentos do 11 de setembro (NATO, 2002). A UE declarava, no documento estratégico aprovado no dia 12 de dezembro de 2003, uma ação reforçada contra o terrorismo, contra a proliferação de armas de destruição maciça, contra a queda de Estados, contra a criminalidade organizada e contra os conflitos regionais. “Assim, a primeira linha de defesa irá, muitas vezes, situar-se no estrangeiro” (Solana, 2003, p.10). No seu plano de ação contra a proliferação de armas de destruição maciça, os Estados-Membros da UE concordaram que, caso as medidas políticas e diplomáticas não surtissem o efeito desejado, seriam ponderadas medidas de emergência, incluindo o uso da força como último meio, de acordo com a Carta das Nações Unidas (Solana, 2003, pp.10-13). Esta posição da Alemanha permitia deduzir que não eram previsíveis ameaças à segurança no território alemão por Forças Armadas convencionais. O Ministro da Defesa Struck concluiu, com base na complexa situação de perigo, que o terrorismo internacional, a proliferação das armas de destruição maciça e dos sistemas de suporte abrangentes, bem como as crises e os conflitos regionais, constituíam a primeira prioridade do espectro de tarefas da *Bundeswehr*. A estrutura definida na diretriz da política de segurança de 2003 em relação à missão da *Bundeswehr* previa a prevenção de conflitos e a superação de crises, incluindo o combate contra o terrorismo internacional (Meiers, 2005, p.18). As instituições determinantes para a política de segurança e defesa alemãs, a NATO e a UE, lideraram o processo de ajustamento às condições gerais em matéria de política de segurança alteradas após os ataques terroristas nos EUA. A força da NATO, a *NATO Response Force* (NRF), com os seus 21.000 homens era um elemento-chave para a rápida e flexível intervenção das Forças Armadas a partir de distâncias estratégicas, participando a *Bundeswehr*, desde 2004, com até 15.000 soldados na preparação prévia e posterior, bem como na fase de prontidão. Com o *Prague Capabilities Commitment* de 2002, o governo federal assumiu o compromisso político de melhorar as capacidades de resposta e de ação



da *Bundeswehr* com medidas concretas, nomeadamente nas áreas da vigilância por satélite, nas capacidades de transporte estratégicas, bem como na defesa contra as armas de destruição maciça (Deutscher Bundestag, 2003). No âmbito do *European Headline Goal*, a *Bundeswehr* manteve disponível um primeiro contingente de até 18.000 soldados, de um universo total de 33.000 soldados (Deutscher Bundestag, 2003). Assim, a luta comum contra o terrorismo internacional e os objetivos definidos pela NATO e pela UE constituem marcos importantes e decisivos para a transformação da *Bundeswehr*. A estratégia dupla da Aliança, participar no combate contra o terrorismo internacional e na estruturação de formas organizacionais com ordem estatal exigiu, também, uma nova estruturação do planeamento operacional das Forças Armadas da *Bundeswehr*. "A transformação da NATO", assim o afirma o Ministro da Defesa Struck, "exige uma transformação da *Bundeswehr*." (BMVg, 2003, pp.23-24) As novas realidades, tais como a participação nas NRF e a tropa de intervenção da UE, *European Battlegroup*, bem como as novas evoluções tecnológicas e respetiva aplicação no terreno, na guerra do Afeganistão e do Iraque, possuem consequências significativas em matéria de planeamento de material e de equipamento da *Bundeswehr* (Struck, 2003). A obrigação da Alemanha em possuir uma capacidade de reação militar rápida no âmbito da NATO e da UE, bem como uma igualmente rápida capacidade de decisão política a nível nacional afiguram-se como "indispensáveis". (BMVg, 2003, p.12) A nova estruturação da NATO após 1990 para uma Aliança com capacidade de ação global e o reforço da capacidade de ação europeia no âmbito da UE como resposta a uma mudança profunda no campo da política de segurança podem, assim, ser considerados como fatores de influência externos essenciais (Meiers, 2005, p.15). A orientação das intervenções da *Bundeswehr* para missões mais prováveis exige estruturas e capacidades que permitam colocar as Forças Armadas rapidamente em qualquer lugar e numa posição em que consigam superar a intervenção num local distante e ao longo de um período mais prolongado. Esta nova missão, que, a passo e passo, formulava claramente a orientação política da *Bundeswehr* entre 1992 e 2010, apenas foi concretizada pela *Bundeswehr* após medidas abrangentes de estruturação e armamento. Estas foram, sob orientação das obrigações inerentes à Aliança, definidas claramente na diretriz da política de segurança de 2003, na conceção da *Bundeswehr* de 2004 e no Livro Branco de 2010 e confirmadas, no ano de 2010, pelo relatório da Comissão Weise. Deste modo é possível constatar, de modo inequívoco, que as missões adicionais das Forças Armadas alemãs, num contexto de amplas alterações ao nível da segurança mundial,



tiveram e têm um enorme impacto no processo de transformação da *Bundeswehr* no contexto das alianças da NATO e da UE. Tal é aplicável a todo o período em análise no presente trabalho.



6. Conclusões

Após uma avaliação global do tema nos diversos capítulos do presente trabalho, pretende-se, agora, responder à questão central, no sentido de concretizar um enquadramento final: quais as consequências nas Forças Armadas da Alemanha devido à participação em missões internacionais entre 1992 de 2010?

O fim da Guerra Fria e os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 alteraram claramente o cenário político mundial, as estruturas das alianças e, consequentemente, a função desempenhada pela República Federal da Alemanha. Desde então, os soldados da *Bundeswehr* estão em intervenções nos Balcãs, no Hindukush e em África. A antiga doutrina segundo a qual a República Federal apenas podia usar a força das armas para a defesa do seu próprio território e dos seus Aliados tornou-se obsoleta e já não encontra aplicação face à situação de perigo global.

Em 2003, o antigo Chanceler alemão, Gerhard Schröder, afirmava o seguinte: “Não se trata de dar ao militar um espaço não merecido, mas sim de não colocar um tabu em torno desta questão da política externa.” A Alemanha entende ser, até aos dias de hoje, uma força civil; as intervenções das Forças Armadas servem principalmente para garantir a reestruturação de países destruídos e de Estados frágeis. Contudo, não se pode ignorar o facto de que a *Bundeswehr* participa cada vez mais e de forma cada vez mais ativa em combates que se enquadram no âmbito do restabelecimento da paz e na estrutura da guerra contra o terrorismo à escala global.

A *Bundeswehr* reagiu às condições quadro alteradas com um ajustamento da estrutura, da missão, do equipamento e da força dos recursos humanos. Pelo facto de se pretender aumentar os investimentos na defesa, sem aumentar os custos, o que não teria sido possível por questões políticas, foi necessário reduzir os custos com pessoal e estrutura. Tal apenas foi possível através de intervenções intensivas na estrutura que, no total, passou por quatro processos de ajustamento entre 1992 e 2010. Estes ajustamentos, inicialmente apenas designadas por reformas, já não eram suficientes em 2003 e levaram à assim denominada Transformação da *Bundeswehr*, definida na diretriz da política de defesa de 2003. As profundas alterações não foram apenas motivadas pelas condições gerais alteradas, mas também, e em grande parte, pelo momento auge em que, na altura, se encontravam as intervenções no estrangeiro. A Alemanha tinha, ao longo da evolução da estrutura documental, decidido politicamente que pretendia assumir um papel de maior responsabilidade no contexto mundial, devendo, consequentemente, reagir a crises e



conflitos mundiais, através do envio das Forças Armadas. Tal constava já na diretriz da política de defesa de 1992, continua no Livro Branco de 1994 e torna-se no ponto fulcral das Forças Armadas na diretriz da política de defesa de 2003 e no Livro Branco de 2006. Consequentemente, os documentos fundamentais em matéria de política de defesa indicaram claramente o caminho para o “Exército em intervenção”. Esta função foi escolhida pela Alemanha, independentemente dos governos em exercício no período em análise. Assim, a vontade política no sentido da intervenção das Forças Armadas no estrangeiro despoletou as reformas necessárias neste sentido, pois a *Bundeswehr* não estava, até 1992, preparada para intervenções *out of area*, quer sob o ponto de vista material, quer concetual e estrutural. Com o crescente empenhamento em missões no estrangeiro entre 1992 e 2010 foram necessários diversos ajustamentos, pois as primeiras tentativas de reforma foram rapidamente ultrapassadas, sendo que a absorção de estruturas novas demora sempre alguns anos. No sentido de, futuramente, ser possível dar uma melhor, mais rápida e contínua resposta à situação de rápida evolução, a partir de 2003 deixou de se falar em reformas, adotando-se o termo da transformação das Forças Armadas, pois as intervenções cada vez mais complexas e novas exigiam medidas mais abrangentes e profundas. Sem a participação na missão ISAF, por exemplo, não teriam existido as diversas evoluções materiais e conceitos, pois esta intervenção, em particular, exigia requisitos especiais em matéria de pessoal e material devido robustez da manutenção, mas também, da implementação da paz, para os quais a *Bundeswehr* não estava preparada antes de 2002.

Mas não foram só as intervenções reais que exigiram as respetivas adaptações; a preparação para eventuais intervenções também possuía uma grande influência sobre as estruturas das Forças Armadas alemãs, em particular, a participação alemã na NRF a partir de 2004 e na tropa de intervenção da UE, *European Battlegroup*. A prontidão de resposta e capacidade de movimentação das Forças exigia que fossem, primeiro, devidamente constituídas em número e equipamento. Estas realidades também contribuíram de modo muito diversificado para a alteração das estruturas internas. Estas tropas de intervenção da NATO e da UE eram as ferramentas de duas organizações de resposta e reação às ameaças e aos conflitos à escala mundial; eram o produto do *European Headline Goal* de 2003 e da Cimeira de NATO em Praga, em 2002. Também a NATO, e acima sobretudo a NATO, procurava, no final da Guerra Fria, um maior direito de presença e encontrava-o na defesa



geral contra ameaças à escala mundial relativamente às áreas de interesses e responsabilidades definidas nas suas estratégias.

A Alemanha contribuiu na construção deste caminho, tendo, por isso, adaptado a sua estrutura militar, o seu armamento e o seu equipamento a esta nova missão. Os fatores que conduziram às reformas, aos ajustamentos e, por fim, à transformação das Forças Armadas alemãs são diversos e de difícil ordenação em função da sua importância. Contudo, é possível constatar de forma inequívoca, que a vontade política internacional em assumir maiores responsabilidades despoletou a participação em inúmeras intervenções entre 1992 e 2010, tendo, no presente trabalho, sido apenas aprofundadas as mais relevantes. As condições para poder participar nestas intervenções com capacidade de resistência, capacidade de cooperação com os aliados e com equipamento adequado foram criadas ao longo dos anos, uma vez que a *Bundeswehr*, enquanto exército de defesa do território alemão durante o período da Guerra Fria, não estava preparada para esta missão. Por esta razão, as intervenções constituem uma das razões para a reforma estrutural, material e pessoal e para a transformação, mas não são a única. A contenção de despesas e a nova estruturação estratégica da NATO exigiam, em simultâneo, ajustamentos e reformas que representavam, em grande parte, as mesmas consequências para a missão e a estrutura das Forças Armadas alemãs, bem como a participação ativa nas intervenções.

Em resumo é possível afirmar que as intervenções da *Bundeswehr* no estrangeiro entre 1992 e 2010 foram um motivo decisivo para as reformas e a transformação das Forças Armadas alemãs. Foram o sinal e o resultado visíveis para o exterior de uma profunda alteração do contexto político mundial e de uma nova estruturação das alianças no seio da NATO e da UE. Sem a participação nas intervenções, a estrutura, a missão e o equipamento da *Bundeswehr*, seria, certamente e totalmente diferente, pois as intervenções punham em causa, acima de tudo, as estruturas antigas, exigindo sempre novos requisitos em termos materiais e humanos.

Esta tendência manteve-se após 2010 e culminou, entre outros, no fim da obrigatoriedade do serviço militar, em 2011 e no modelo estrutural de Forças Armadas constituído por 180.000 voluntários e soldados contratados, uma nova mudança de paradigma nas Forças Armadas alemãs e a continuação enquadrada do processo de transformação.

Uma das limitações deste trabalho deve-se à impossibilidade de utilizar informação classificada, pelo que o uso exclusivo de informação não classificada simplifica a análise



das influências diretas em projetos de defesa e mudanças estruturais, pelo que os dados utilizados nos exemplos de trabalho e as influências são de natureza mais genérica. Assim, recomenda-se uma continuação da investigação da *Bundeswehr* como um projeto interno utilizando documentos apropriados.

Além disso, parece ser sensato efetuar um novo estudo avaliando também o impacto da suspensão do serviço militar obrigatório, a diretriz de 2011 e os últimos desenvolvimentos com a existência de flexibilidade nos limites superiores dos efetivos das Forças Armadas.



BIBLIOGRAFIA

- Auswärtiger Ausschuss, 2003. *Der auswärtige Ausschuss und die Auslandseinsätze der Bundeswehr in der 14. Wahlperiode*. Drucksache. Berlin: Auswärtiger Ausschuss Bundestag.
- Biel, H., 1998. *Die neue Bundeswehr*. Study. Potsdam: German Armed Forces Institut for Social Research German Armed Forces Institut for Social Research.
- BMVg, 1992. *Verteidigungspolitische Richtlinien 1992*. Richtlinie. Bonn: Bundesministerium der Verteidigung Bundesministerium der Verteidigung.
- BMVg, 1994. *Das Weißbuch 1994*. 1st ed. Bonn: BMVg.
- BMVg, 2003. *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien 2003*. [documento] Berlin Disponível em:
http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg!/ut/p/c4/NYyxDoMwDET_yCYSrUS3VI06sJSB0i2AFSxIHAVDI358w9A76Q33pMM35ga7s7PKEuyCL-wGvvQf6P3uYOVhojQR6xplYeUZbHdUixKMMm-ghK2x8tIMEggPah55kyXrEqCKEmXw2wpZQM8YleY-60wxT_mey7bpxW5lTXjwaj99cfzhxv5A/ [Acedido em dezembro 2015].
- BMVg, 2004. *Grundzüge der Konzeption der Bundeswehr(KdB)*. Richtlinie. Berlin: Bundesministerium der Verteidigung Bundesministerium der Verteidigung.
- BMVg, 2006. *Das Weißbuch 2006*. 1st ed. Berlin: s.d.
- BMVg, 2011. *Die Verteidigungspolitischen Richtlinien 2011*. Disponível em:
http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg!/ut/p/c4/LYsxEOAgDATf4gdIb-cv1MYBzcQbMDgQ8ftSONtssUsrddQ3iDdk9YlmWnaM4XXhauIq9pPLybB65wRDdF6FQzZ2R47PxdqtcTHGAXIU_q72byv9tgQFK91xGj6tRgx1/ [Acedido em dezembro 2015].
- BMVg, 2013. *www.bundeswehr.de*. Bundesministerium der Verteidigung Disponível em:
[http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde!/ut/p/c4/FcvBDYAgDAXQWVyA3r25hXoxRb9IIIVAkCTp1bzzo5U-wrd3rD4JR5pp2f1ou7H9gKla4DUUxqkwguZQlaM2cSYkeZD_ttkmB2rHVSiHaXgBSFNGLw/](http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde!/ut/p/c4/FcvBDYAgDAXQWVyA3r25hXoxRb9IIIVAkCTp1bzzo5U-wrd3rD4JR5pp2f1ou7H9gKla4DUUxqkwguZQlaM2cSYkeZD_ttkmB2rHVSiHaXgBSFNGLw!/) [Acedido em 10 março 2016].
- BMVg, 2014. *www.bundeswehr.de*. Bundesministerium der Verteidigung Disponível em:
http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde!/ut/p/c4/NYxBC4JAEIX_0axCFHZLvHQLQcouMbtO26DuyjgmRD--9dB78N7h4z1zN8kB3-



xROQYczM20jo92Bbt2BMRhRtIPAT79CwPPigFkIdfbgV0PK7GS0MOMFiRP5r
pdpqmLgXRLpaCc0gtqFJii6LCRRSQR4M60WV6V-
SH7K_8WdVNdiv0uq85lbaZxPP0AsiIy0g!/[Acedido em 7 março 2016].

BMVg a), 2015. *www.bundeswehr.de*. Disponível em:

[http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz
9CP3IEyrrpHK9pPKUVL3UzLzixNSSqlS90tSk1KKknMzkbL2qxIyc1Dz9gmXH
RQDYLHC-/](http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c4/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP3IEyrrpHK9pPKUVL3UzLzixNSSqlS90tSk1KKknMzkbL2qxIyc1Dz9gmXH
RQDYLHC-/) [Acedido em 30 novembro 2015].

BMVg b), 2015. *www.bundeswehr.de*. Disponível em:

[http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c4/NYxBC4JAEIX_0a4eouyWSBB
EUB3KLjGu0zqoszKOCdGPbz30HnyXj_fsw8YyvMmDUMDo7N2WjrbVbKq5R
oPEI6B-
0MDLN8A0KrCRCV1bdeRaQ_xEIWauib29LXdx5gKjLIRkpUgvoEHMEES7xU
wi0RiqbZmkrZ6uk3_Sb3a67o_nzSorDvnFDn2_-wHo6yr5/](http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c4/NYxBC4JAEIX_0a4eouyWSBB
EUB3KLjGu0zqoszKOCdGPbz30HnyXj_fsw8YyvMmDUMDo7N2WjrbVbKq5R
oPEI6B-
0MDLN8A0KrCRCV1bdeRaQ_xEIWauib29LXdx5gKjLIRkpUgvoEHMEES7xU
wi0RiqbZmkrZ6uk3_Sb3a67o_nzSorDvnFDn2_-wHo6yr5/) [Acedido em 27
novembro 2015].

Böcker, D., 2004. Die Bundeswehr in der Transformation. *IFDT*, 01 April. pp.2-6.

Boshof, E., Düwell, K. & Kloft, H., 1997. *Grundlagen des Studiums der Geschichte*. 5th ed. Köln: s.d.

Brehm, M.B. & Koch, C., 2012. *Armee im Einsatz- 20 Jahre Auslandseinsätze der Bundeswehr*. 1st ed. Hamburg: VSA: Verlag Hamburg.

Budde, H.O., 2007. *Die Bordeauxriten*. Study. Bonn: German army Command German Army Command.

Bundesfinanzministerium, 2016. *http://www.bundesfinanzministerium.de*.

Disponível em:

[http://www.bundesfinanzministerium.de/Web/DE/Themen/Oeffentliche_Finanzen/
Bundeshaushalt/bundeshaushalt.html](http://www.bundesfinanzministerium.de/Web/DE/Themen/Oeffentliche_Finanzen/
Bundeshaushalt/bundeshaushalt.html) [Acedido em 15 de Abril 2016].

Bundestag, D., 2014. *www.bundeswehr.de*. Bundeswehr Disponível em:

[http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c5/hYtJDoJAEEXP4gmqKAzCkik
RbRBsTIANIUoQkMGBot29XID4_vL9Bwksa7OxLLJP2bXZAyJIINRQWchIIw
p900LHIQ1DCoiQaPGxkuIKOv6p-
S2HGJLd2sdyEEKIcJvySu2PzB7eaI4OE68D5_KZ4zSI69dfvMvdmYIL7Qlbo7te1
aeye-qFycQc-ODtuyaHvokmSdU3P-2cgfs](http://www.bundeswehr.de/portal/a/bwde/!ut/p/c5/hYtJDoJAEEXP4gmqKAzCkik
RbRBsTIANIUoQkMGBot29XID4_vL9Bwksa7OxLLJP2bXZAyJIINRQWchIIw
p900LHIQ1DCoiQaPGxkuIKOv6p-
S2HGJLd2sdyEEKIcJvySu2PzB7eaI4OE68D5_KZ4zSI69dfvMvdmYIL7Qlbo7te1
aeye-qFycQc-ODtuyaHvokmSdU3P-2cgfs) [Acedido em 9 março 2016].



- Bundestag, D., 2015. *Antrag der Bundesregierung für die Fortsetzung des KFOR Einsatzes in der Republik Kosovo*. Parlamentsbeschluss. Berlin: Bundesanzeiger Verlag GmbH Deutscher Bundestag.
- Bundeszentrale für politische Bildung, 2015. *www.bpb.de*. Disponível em: <http://www.bpb.de/die-bpb/> [Acedido em 08 dezembro 2015].
- Chiari, B., 2010. *Auslandseinsätze der Bundeswehr*. 1st ed. Potsdam: FERDINAND SCHÖNINGH.
- Chiari, B., 2015. Der Afghanistan-Einsatz der Bundeswehr aus militärhistorischer Sicht. In R. Glatz & R. Tophoven, eds. *Am Hindukusch – und weiter? Die Bundeswehr im Auslandseinsatz*. 1st ed. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung. pp.139- 155.
- Clement, R., 2004. Die deutsche Bundeswehr als Instrument deutscher Außenpolitik. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 8 März. pp.32-49.
- Clewig, K., 2000. Deutschland und die Kosovo Krise. In B.L.f.p. Bildungsarbeit, ed. *Der Kosovo-Konflikt*. 1st ed. München: Bayerische Landeszentrale für politische Bildungsarbeit. pp.410-27.
- de Maizière, U., 2005. Was war neu an der Bundeswehr? Betrachtungen eines Zeitzeugen. *Europäische Sicherheit*, 01 Juni. pp.10-15.
- Deutscher Bundestag, 2002. *Haushaltsdebatte vor dem Deutschen Bundestag am 4. Dezember 2002 ; Bulletin 99/3*. Sitzungsprotokoll. Berlin: s.d. Deutscher Bundestag.
- Deutscher Bundestag, 2003. *Entschließungsantrag der Bundestagfraktion zum Einzelplan 14 2003*. Beschlussprotokoll. Berlin: Deutscher Bundestag Deutscher Bundestag.
- Dr. König, C., 2009. *www.uni-regensburg.de*. Disponível em: <http://www.uni-regensburg.de/philosophie-kunst-geschichte-gesellschaft/neuere-geschichte/medien/koenig/quelleni> [Acedido em 05 dezembro 2015].
- EUR Lex, 2014. *www.eur-lex.europa.eu*. EUR Lex Available at: http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/petersberg_tasks.html?locale=de [Acedido em 11 março 2016].
- Fleckenstein, B., 2000. Bedingt einsatzfähig: der lange Weg zur Neugestaltung der Bundeswehr. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, s.d. September. pp.12-19.



- Gebauer, M., 2010. *www.spiegel-online.de*. Springer Medien Disponível em:
<http://www.spiegel.de/politik/deutschland/krieg-in-kunduz-taliban-attackieren-neuen-deutschen-aussenposten-a-727096.html> [Acedido em 9 março 2016].
- Giersch, C., 2000. *Der Kosovo-Konflikt. Ursachen-Akteure-Verlauf*. 1st ed. München: Landeszentrale für politische Bildung.
- Gießmann, H.J. & Wagner, A.a), 2009. *Armee im Einsatz- Grundlagen, Strategien und Ergebnisse einer Beteiligung der Bundeswehr*. 1st ed. Wiesbaden: NOMOS.
- Gießmann, H. & Wagner, A.b), 2009. Auslandseinsätze der Bundeswehr. *Aus Politik und Zeitgeschichte*, 23 November. pp.3-9.
- Giles, K. & Monhagan, A., 2014. *Russian Military Transformation-Coal Insight?* Paper. Carlisle: US Army US Army War College Carlisle.
- Großholz, C. & Protugall, G., 2006. Mehr Wirtschaftlichkeit. Die ökonomische Modernisierung der Bundeswehr. *Informatione für die Truppe- Zeitschrift für innere Führung*, 3 Januar. pp.12-18.
- Groß, J. & Rose, J., 2002. Europäische Sicherheit und Zukunft der Bundeswehr. *Hamburger Beiträge*, s.d Februar. pp.7-49.
- Harff, H., 2000. Von KVM und AFOR zu KFOR. Rückblick, Erfahrungen, Forderungen. *Truppenpraxis Wehrausbildung*, s.d. Oktober. pp.155-60.
- Hochuli, A., 2016. *Der Einsatz in Afghanistan und die Transformation der europäischen Streitkräfte*. 1st ed. Zürich: Schweizer Armee.
- Jordan, S., 2013. *Theorien und Methoden der Geschichtswissenschaft*. 2nd ed. Paderborn: Schöningh.
- Keßelring, A., 2007. Vom Friedensabkommen von Dayton zum Einsatz der EUFOR. In A. Keßelring, ed. *Wegweiser zur geschichte Bosnien-Herzegowina*. 2nd ed. Paderborn: Ferdinand Schöningh. pp.81-97.
- Klein, H.H., 2004. Der deutsche Bundestag und die Auslandseinsätze der Bundeswehr. *Zeitschrift für Parlamentsfragen*, 01. April. pp.607-26.
- Köhler, H., 2005. *Einsatz für Freiheit und Sicherheit- Rede zur Kommandeurtagung am 10.Oktober 2005*. Rede. Berlin: s.d. Bundespräsidialamt.
- Kollmer, D.H., 2015. Das somalische Desaster: Die Mission UNSOM II und ihr Scheitern 1993. *Militärgeschichte*, September. pp.31-35.
- Kommission IFSH, 2010. *Auslandseinsätze der Bundeswehr: Viele Bedingungen müssen erfüllt sein*. Kommissionsbericht. s.d: s.d. IFSH.



- Krohn Devold, K., 2004. *From course change to military transformation*. Statement. Oslo: Norwegian Ministry of defence.
- Lagoa, E., 2010. *NATO's Military Transformation: A Vision from Spain*. Paper. s.d: s.d. UNISCI.
- Linnenkamp, H. & Christian, M., 2015. Das Weißbuch zur Verteidigungspolitik. *SWP Aktuell*, s.d. Februar. pp.1-4.
- Maier, H., 2010. *Die deutsche Bundeswehr als Instrument zur Konfliktlösung?* Working Paper. Regensburg: Universität regensburg Universität Regensburg.
- Mair, S., 2007. *Auslandseinsätze der Bundeswehr- Leitfragen, Entscheidungsspielräume und Lehren*. Studie. Berlin: Stiftung Wissenschaft und Politik Deutsches Institut für Internationale Politik und Sicherheit.
- Maisonneuve, M., 2006. NATO's Allied Command Transformation: A Permanent Multinational Coalition's Change Agent. *On Track*, s.d. February. pp.3-17.
- Meiers, F.J., 2005. Zur Transformation der Bundeswehr. *Aus Politik und Zeitgeschichte* 21/2005, 23. Mai. pp.15-21.
- MGFA, 2015. www.mgfa-potsdam.de. Disponível em: http://www.mgfa-potsdam.de/html/zms_auftrag.php [Acedido em 02 dezembro 2015].
- Muhler, C., 2015. www.uni-heidelberg.de. Disponível em: http://www.uni-heidelberg.de/fakultaeten/philosophie/zegk/histsem/mitglieder/muhler_christopher.html [Acedido em 7 dezembro 2015].
- Müller, H., 2003. *Reformziel verfehlt, aber Executive gestärkt*. Stellungnahme. Frankfurt am Main: Hessische Stiftung Friedens- und Konfliktforschung Hessische Stiftung Friedens- und Konfliktforschung.
- Müller, D., 2008. *Zwischen Anspruch und Wirklichkeit. Die Transformationsprozesse der Bundeswehr*. Magisterarbeit. Wiesbaden: GRIN Verlag Universität Wiesbaden.
- NATO , 2002. <http://www.nato.int>. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/pr/2002/p02-059e.htm> [Acedido em 17 abril 2016].
- Naumann, K., 2002. Bundeswehr - Quo vadis. *Die politische Meinung*, 02 Oktober. pp.59-68.
- Naumann, K., 2004. Die Organisation der Sicherheit unter neuen Herausforderungen und die Zukunft der Bundeswehr. In W. Weidenfeld, ed. *Herausforderung Terrorismus. Die Zukunft der Sicherheit*. 1st ed. Wiesbaden. pp.99-135.



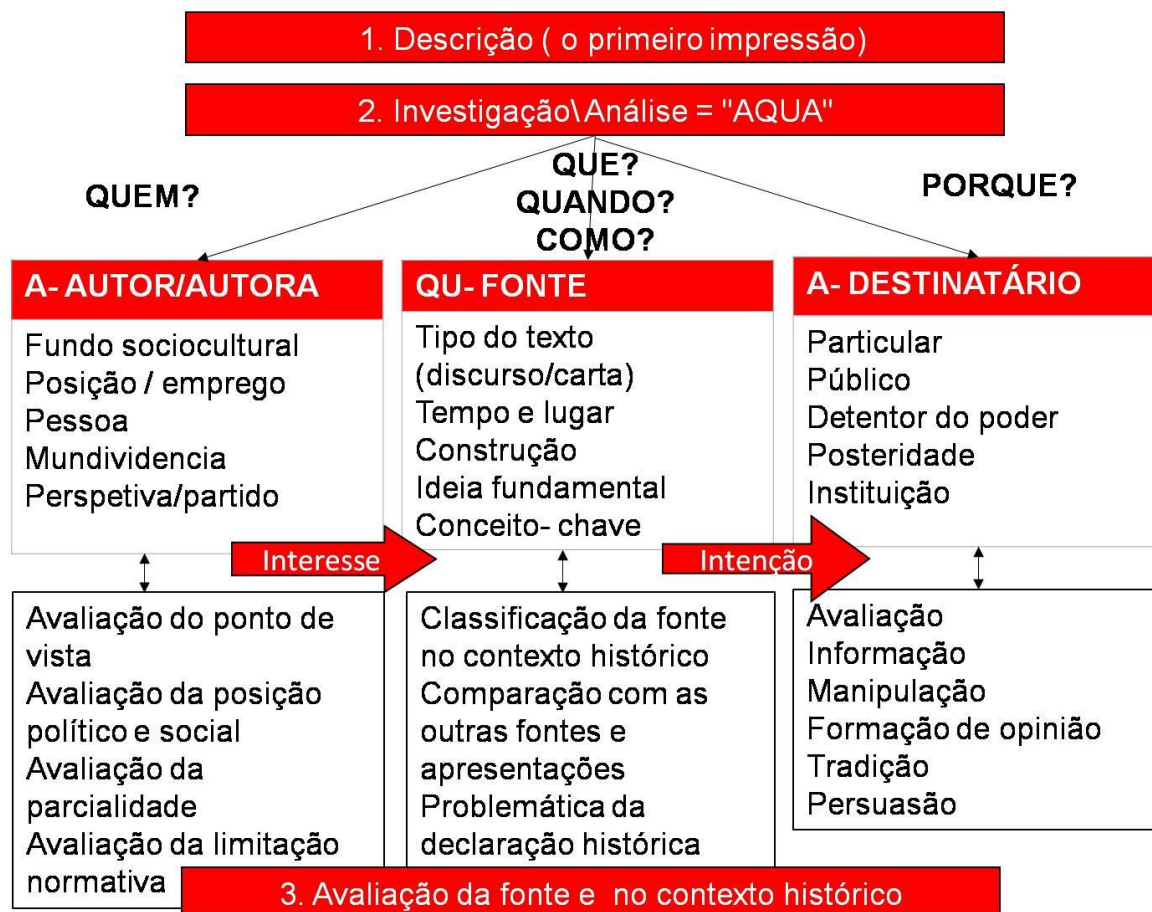
- Naumann, K., 2013. „Neuausrichtung“ ohne Regierungskunst. *Aus Politik und Zeitgeschichte APuZ*, 23 Oktober. pp.48-54.
- Pallens, K., 1979. *Arbeitstexte für den Unterricht: Geschichtliche Quellen. Eine Einführung mit Arbeitsbeispielen*. 2nd ed. s.d.: Reclam.
- Redaktion Focus, 2010. *www.focus.de*. Springer Medien Disponível em: <http://www.focus.de/politik/ausland/konflikte-zitate.html> [Acedido em 09 março 2016].
- Rink, M., 2005. In M. Forschungsamt, ed. *Entschieden für den Frieden. 50 Jahre Bundeswehr Armee für den Frieden*. 1st ed. Berlin: Militärgeschichtliches Forschungsamt.
- Rinke, B., 2014. Auslandseinsätze der Bundeswehr zwischen Bündnisverpflichtung und Zurückhaltung. *Politik unterrichten*, s.d. Januar. pp.27-35.
- Rühe, V., 1993. Plenarprotokoll 12/132. In Bundestag, D., ed. *Stenografischer Bericht des Deutschen Bundestages, 12. Legislaturperiode, 132. Sitzung*. Bonn, 1993.
- Scharping, R., 2000. *Neuausrichtung der Bundeswehr- Grobausplanungen, Ergebnisse und Entscheidungen*. Leitlinie. Berlin: BMVg BMVg.
- Schneiderhahn, W., 2003. Die Bundeswehr im sicherheitspolizischen Umfeld des 21. Jahrhunderts. *Die Welt am Sonntag*, [Rede].4 November, s.d.(s.d.), pp.2-4.
- Schneiderhahn, W., 2004. *Transformation der Bundeswehr*. Berlin: BMVg
- Schneiderhahn, W., 2005. Die Zeit der Masseneinsätze ist vorbei. *Das Parlament*, (21/2005), pp.9-12.
- Schöneberger, T., 2014. Neue NATO-Strategie und Reform der Bundeswehr. In S. Verlag, ed. *Vom Golfkrieg zum Kampfeinsatz im Kosovo- Eine Zwei-Ebenen- Analyse der Einsätze der Bundeswehr in den 90er Jahren*. 1st ed. Hamburg: Springer Verlag. pp.67-91.
- Sieg, D., 2000. *Armee der Einheit - Die Bundeswehr 1990-2000*. 1st ed. Bonn: BpB.
- Sloan, E., 2007. *Military Transformation- Key Aspects and Canadian Approaches*. Paper. Ottawa: Canadian Defence & Foreign Affairs Institute Canadian Defence & Foreign Affairs Institute.
- Solana, J., 2003. *A secure Europe in a better world- European Security Strategy*. Security Strategy. Brüssel: Europäische Union Europäische Union.



- Spiegel, 2012. *www.spiegel.de*. Springer Medien Disponível em:
<http://www.spiegel.de/politik/ausland/bosnien-herzegowina-bundeswehr-beendet-einsatz-nach-17-jahren-a-846204.html> [Acedido em 9 março 2016].
- Struck, P. , 2003. *Weisung für die Weiterentwicklung der Bundeswehr*. Weisung.
Berlin : BMVg BMVg.
- Struck, P.a), 2004. *Regierungserklärung 11. März 2004*. Erklärung. Berlin: BMVg BMVg.
- Struck, P. b), 2004. *Wegmarken für den neuen Kurs der Bundeswehr*. Eckpunktepapier.
Berlin: BMVg BMVg.
- Struck, P., 2005. Fit für veränderte Aufgaben – die Transformation der Bundeswehr nimmt Gestalt an. *Europäische Sicherheit*, 54(1), pp.7-9.
- Strukturkommission der Bundeswehr, 2010. *Bericht der Strukturkommission der Bundeswehr 2010- Vom Einsatz her denken*. Kommissionsbericht. Berlin:
Strukturkommission der Bundeswehr BMVg.
- Theile, B., 2004. Transformation- Veränderte Streitkräfte und neue Rüstungstechnik. In H. Borchert, ed. *Vernetzte Sicherheit- Leitidee der Sicherheitspolitik im 21. Jahrhundert*. 1st ed. Hamburg; Berlin: Mittler&Sohn. pp.20-37.
- UniBw München, 2010. *www.unibw-muenchen.de*. Disponível em:
<http://www.unibw.de/innenpolitik/studiumplus/lehre/dozentinnen-und-dozenten/bernhard-chiari> [Acedido em 02 dezembro 2015].
- von Bredow, W., 2014. Strukturreform der Bundeswehr. In *Sicherheit, Sicherheitspolitik und Militär*. 1st ed. Wiesbaden: Springer Fachmedien. pp.142 - 164.
- von Kirchbach, H.P., 2000. *Vorschläge zur Neuausrichtung der Bundeswehr*. Study.
Berlin: BMVg BMVg.
- von Weizäcker, R., 2000. *Gemeinsame Sicherheit und Zukunft der Bundeswehr*. Kommissionsbericht. Berlin/Bonn: s.d. BMVg.
- Weisswange, J.P., 2005. 50 Jahre Bundeswehr. *Informationen zur Sicherheitspolitik, Sonderheft III/2005*, s.d. August. pp.33-40.
- Wiefelspütz, D., 2008. Auslandseinsätze der Streitkräfte und Grundrechte. *NZ Wehrrecht*, s.d März. pp.89-102.
- Wieker, V., 2010. *Bericht des Generalinspektors der Bundeswehr zum Prüfauftrag aus der Kabinettsklausur vom 07. Juni 2010*. Analyse. Berlin: BMVg BMVg.
- Wissenschaft & Frieden, 1993. Bundeswehr: Ernstfall Krieg – Kommentierte Dokumentation. *Wissenschaft & Frieden*, 01 März. pp.12-31.



Anexo A- Modelo metodológico alemão AQUA



Fonte: http://www.pmstg.ch/fileadmin/user_upload/PMS/VBK/AbS14_Geschichte.pdf



Apêndice A - Identificação dos historiadores e especialistas referidos no trabalho

Dr. Bernhard Chiari

Historiador alemão que trabalhou muitos anos no Centro de História Militar e Ciências Sociais da *Bundeswehr* e foi professor convidado em diversas universidades alemãs no Departamento de Política Internacional e História. Publicou, entre outras coisas, a série de monografia "Um caminho pela história" e assumiu o cargo, até 2014, como diretor científico temporário do Departamento de Centro de Operações. Como autor e editor, publicou um total de 10 livros e inúmeros artigos em revistas políticas e históricas. O seu foco de investigação é a história da *Bundeswehr*.

Prof. Dr. Hans Joachim Gießmann

Cientista político alemão e diretor da Fundação Berghof para Estudos sobre Paz e Conflitos, antes de entrar para a Fundação Berghof, foi Vice-Diretor Científico do Instituto de Investigação da Paz e Política de Segurança (IFSH) da Universidade de Hamburgo, onde continua a exercer as funções como professor universitário. A sua investigação centra-se na política internacional de segurança e de crises de conflito. Como autor, editor e coeditor publicou 35 livros, e escreveu mais de 300 artigos científicos para jornais.

Dr. Dieter H. Kollmer

Historiador alemão e coronel do Exército alemão. É desde 2007, o editor da Revista da História Militar e trabalha no Centro de História Militar e Ciências Sociais da *Bundeswehr*. Kollmer é também, desde 2011, professor do Departamento de Sociologia de Ciências Económicas e Sociais da Universidade de Potsdam. Ele é um membro do grupo de trabalho História Militar na Companhia Clausewitz e na Sociedade de Política de Segurança. O foco da sua investigação é a história da *Bundeswehr*.



Dr. Klaus Naumann

Historiador alemão e anteriormente General de 4 estrelas da *Bundeswehr*, após a passagem à reforma em 1999, como Inspetor General da *Bundeswehr*. Integrou vários comités internacionais, incluindo, em particular, na apresentada Comissão com o conceito *Responsabilidade de Proteger*. De 1999 a 2002 foi Presidente da Companhia Clausewitz. Como historiador, publicou um total de 3 livros e mais de 30 artigos em revistas políticas e históricas. A sua investigação centra-se na história da *Bundeswehr*, a política externa e de segurança alemã e a estratégia de segurança num contexto internacional.



Apêndice B - Breve descrição de algumas operações militares

Operation Southern Cross (alemão: *Kreuz des Südens*) foi uma operação militar da Marinha Alemã sob comando nacional. Serviu para, no âmbito da operação UNOSOM II garantir o regresso a casa dos militares alemães da unidade de capacetes azuis em intervenção na Somália . A operação durou entre 27 de janeiro e 15 de abril de 1994.

Operation Harekate Yolo (palavra persa para designar “Correção da frente”) foi a maior operação militar no Norte do Afeganistão no combate aos talibãs insurgentes entre outubro e novembro de 2007. Terminava após várias semanas, com a reconquista dos territórios ocupados pelos talibãs pouco tempo antes no Norte através da intervenção de tropas aliadas da NATO e afegãs. A operação foi liderada pelo general alemão, Dieter Warnecke, sendo, assim, o primeiro comandante alemão a liderar uma operação ofensiva após o final da Segunda Guerra Mundial.

Operation Halmazag (*Dari* significa relâmpago) foi uma operação ofensiva terrestre das tropas afegãs em estreita cooperação com as forças ISAF na província de Konduz no período entre 30 de outubro de 2010 e 4 de novembro de 2010, com vista à estruturação de um posto externo, próximo da localidade de Quatliam no distrito Char Darah. Foi a primeira ofensiva terrestre das tropas alemãs após o fim da Segunda Guerra Mundial.